



**ISPA**

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**Para Lá da Vinculação:  
O Papel da Aceitação Social na Relação  
entre a Vinculação e a Autoestima**

**ANA INÊS SALES VARANDA**

**Orientador de Dissertação:**

**PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS**

**Professor de Seminário de Dissertação:**

**PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

**MESTRE EM PSICOLOGIA**

**Especialidade em Psicologia Clínica**

2020

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor António José dos Santos, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor António José dos Santos, meu orientador nesta dissertação, pelo apoio, dedicação e disponibilidade incansável. Agradeço-lhe também pela postura calma que manteve, respeitando o meu tempo e forma de trabalhar, tornando o processo de realização desta dissertação muito menos ansiogénico do que esperava. Agradeço também à Professora Manuela Veríssimo pela sugestão do tema, cuja escolha foi para mim a parte mais difícil deste processo. Deixo também um agradecimento a toda a equipa do WJCR, por me terem facultado a base de dados que utilizei nesta dissertação, em especial à Marta Antunes pelo interesse e disponibilidade que sempre demonstrou neste meu trabalho.

Se os agradecimentos que tenho a fazer se prendessem exclusivamente com a realização desta dissertação, terminaríamos por aqui. No entanto, as páginas que se seguem não encerram apenas o ano que passou. São um marco que encerra os últimos sete anos (sim, sete), da minha vida, que incluem duas outras explorações da imensidão do mundo académico. Assim:

Um obrigada à Rita, à Maria e à Sara, as minhas “amigas da faculdade” com quem partilhei alegrias e frustrações nestes últimos anos, tanto no ISCTE como no ISPA.

Um obrigada à Dra. Margarida, que me acompanha há já muitos anos, e que me ensinou a ligar o descomplicador.

Um muito obrigada ao André, por todo o apoio e carinho deste mundo. Por todas as vezes que foi passear a Angie e a Olívia sozinho, por todas as vezes que fazia o jantar e arrumava a casa (mesmo que muito lentamente) por mim, para eu poder ficar a estudar ou a relaxar de um dia mais exigente e cansativo.

Um muito obrigada com um abraço muito apertado à minha avó Tininha, que sempre viu em mim o melhor do mundo, sempre me brindou com as suas palavras doces e preocupadas, assim como com mil tupperwares que facilitavam em muito o meu dia-a-dia em Lisboa.

E por fim, um muito obrigada aos meus Pais, a quem não dedico esta tese porque merecem muito mais do que isso. Dedico-lhes tudo o que de bom fizer da minha vida. Obrigada por nunca desistirem de mim, mesmo nas alturas negras. Por embarcarem naquilo que consideram “as minhas loucuras”, mas que, com bons ou maus resultados, sempre me enriqueceram e fizeram parte do processo que me leva a estar aqui hoje a escrever estes agradecimentos. Estes agradecimentos que não conseguem abarcar de maneira nenhuma o sentimento eterno de gratidão que vos tenho pela vida que me deram e dão.

O meu obrigada a todos.

Nas sábias palavras do meu pai, “não te preocupes, isso no fim bate tudo certo”.

Torres Novas, 8 de Junho de 2020

## **Resumo**

Contrariamente ao que se pensava, a idade escolar é um período de desenvolvimento marcado por várias mudanças, quer a nível cognitivo como social e emocional. Estes desenvolvimentos permitem, pela primeira vez, falar da existência de um sentido consciente, verbalizado e global de autoestima, bem como de um autoconceito mais integrado e completo. A relação entre vinculação e autoestima, assim como entre a autoestima e as relações com os pares, foi já amplamente estudada, mas são poucos os estudos que exploram como estas variáveis influenciam em conjunto e separadamente vários domínios de desenvolvimento da criança. O objetivo deste estudo prende-se, então, com a compreensão da relação entre a vinculação, a aceitação social e a autoestima ou diferentes domínios do autoconceito. Para isso, 123 crianças do 4º ano preencheram escalas de segurança na vinculação e de autoconceito e realizaram nomeações sociométricas. Os resultados iniciais revelaram a ausência de correlação entre a aceitação social sociométrica e a segurança na vinculação, quer à mãe como ao pai. As análises de regressão subsequentes revelaram a existência de efeitos de moderação da aceitação social quer na relação entre a vinculação à mãe e a autoestima, como na relação entre a vinculação à mãe e a competência escolar, e ainda um valor preditivo único da segurança ao pai na aparência física e da segurança à mãe na aceitação social auto-reportada e atitude comportamental. Assim, este estudo contribui para a compreensão do valor das diferentes relações da criança para o seu desenvolvimento, explorando-as para lá das relações de vinculação.

*Palavras-chave:* autoestima, autoconceito, vinculação, aceitação social, idade escolar.

## **Abstract**

Contrary to what was once thought, research has been showing that middle childhood is a developmental period struck by several changes, whether in the cognitive, social or emotional domains. These developments allow, for the first time, the existence of a conscient, verbalized and global sense of self-esteem, together with a more complete and integrated self-concept. The relation between attachment and self-esteem, as well as a the one between self-esteem and peer relationships, has been thoroughly studied, but very few studies explore how these variables together and separately influence different domains of child development. This study aims to better understand the relationship between attachment and social acceptance, and self-esteem or other self-concept domains. With that in mind, 123 primary school fourth graders answered attachment security and self-concept scales and engaged in peer nominations. Preliminary results revealed no correlation between sociometric social acceptance and attachment security, whether to mother or father. Subsequent regression analysis revealed the existence of a moderation effect of social acceptance in the relationship between attachment to mother and self-esteem, as well as in the relation between attachment to mother and scholastic competence, and also a unique predictive value of attachment to father on physical appearance and of attachment to mother on self-reported social acceptance and behavioural conduct. Finally, this study adds to the literature on the value of different relationships of the child in its development, exploring them beyond attachment relationships.

*Keywords:* self-esteem, self-concept, attachment, social acceptance, middle childhood.

## Índice

Introdução.....	1
Idade escolar: O “Novo” Self, Identidade e Autoestima.....	2
Teoria da Vinculação: Uma Breve Revisão.....	4
Modelos Internos Dinâmicos.....	6
Vinculação e Autoestima.....	7
Vinculação na Idade Escolar.....	8
Relação com os Pares na Idade Escolar.....	10
O Presente Estudo.....	12
Estudo 1: O Papel Mediador da Aceitação Social.....	12
Estudo 2: Múltiplas Influências no Autoconceito.....	13
Método.....	15
Participantes.....	15
Instrumentos.....	15
Segurança da Vinculação.....	15
Autoestima e Autoconceito.....	16
Aceitação Social.....	18
Procedimentos.....	18
Resultados.....	19
Estudo 1.....	19
Análise Preliminar.....	19
Análises de Mediação.....	21
Análises de Moderação.....	22
Estudo 2.....	23
Análise Preliminar.....	23
Regressão dos Domínios de Autoconceito e Interações Entre Preditores.....	25
Análises de Mediação.....	27
Discussão.....	28
Referências.....	36
Anexos	

## Lista de Tabelas

Quadro 1. <i>Valores de Consistência Interna por Dimensão da Escala de Autoconceito</i> .....	18
Quadro 2. <i>Média, Desvio-Padrão e Variação das Variáveis do Estudo 1</i> .....	19
Quadro 3. <i>Correlações entre as Variáveis do Estudo 1 (r de Pearson)</i> .....	20
Quadro 4. <i>Resultados da Regressão da Autoestima na Segurança à Mãe e ao Pai</i> .....	20
Quadro 5. <i>Medidas Descritivas das Dimensões de Autoconceito</i> .....	24
Quadro 6. <i>Correlações (r de Pearson) Entre a Segurança à Mãe, ao Pai e a Aceitação Social, e as Dimensões da Escala de Autoconceito</i> .....	24
Quadro 7. <i>Resultados da Regressão dos Domínios do Autoconceito na Segurança à Mãe, ao Pai, e Aceitação Social</i> .....	25

## Lista de Figuras

Figura 1. <i>Representação Visual da Moderação da Aceitação Social no Efeito da Segurança à Mãe na Autoestima Tendo em Conta Três Níveis de Aceitação Social (-1DP, M, 1DP)</i> .....	22
Figura 2. <i>Representação Visual da Moderação da Aceitação Social no Efeito da Segurança à Mãe na Competência Escolar Tendo em Conta Três Níveis de Aceitação Social (-1DP, M, 1DP)</i> .....	26

## Introdução

Durante muito tempo, a idade escolar (6-12 anos) foi considerada uma fase de desenvolvimento pouco emocionante. Muito antes da investigação em psicologia do desenvolvimento se consolidar, Freud já a apelidara como “período de latência” e, décadas depois, a visão dominante era ainda a de que pouco de importante acontecia ao nível social e emocional nesta idade, tendo esta permanecido uma fase pouco estudada em psicologia do desenvolvimento. Felizmente, a investigação sobre a idade escolar revelou-nos que esta é tudo menos uma fase de dormência do desenvolvimento, quer a nível social, como emocional e cognitivo (DeHart et al., 2004).

Este período do desenvolvimento é marcado por uma expansão no mundo social da criança e pela entrada na escola, e esta apresenta-se como um novo mundo, detentor tanto de novos objetivos como de limitações, de conquistas como de deceções (Erikson, 1994). O tempo em contacto com os pais passa a ser menor, e estes têm menos influência sobre os ambientes e contactos sociais que a criança experiencia, abrindo portas para uma maior importância da relação com os pares, que passam a ser preferidos enquanto companheiros de brincadeira (Kerns & Brumariu, 2016). Adicionalmente, as crianças tornam-se mais independentes dos pais e assumem maior responsabilidade pelo seu comportamento tanto em casa como na escola. É também nesta idade que surgem os primeiros sinais de mudanças físicas associadas à puberdade (Kerns & Brumariu, 2016).

Para além de uma grande atividade ao nível dos processos de aprendizagem, a aquisição de competências cognitivas nesta fase do desenvolvimento, de onde se destaca a capacidade de pensar de forma sistemática (i.e., capacidade de integrar uma variedade de informações), a capacidade de tomar diferentes perspetivas e o recurso a comparações sociais (Harter, 2012a) levam a que a criança tenha agora em consideração o mundo exterior, as regras e os outros, o que se reflete em grandes mudanças ao nível das relações com os pares e do conhecimento emocional (DeHart et al., 2004; Michel & Purper-Ouakil, 2009), bem como ao nível da formação de um autoconceito coerente, através da integração de várias experiências e dimensões (DeHart et al., 2004; Erikson, 1994; Harter, 2012a). É também na idade escolar, mais precisamente pelos oito anos de idade, que a criança consegue conceptualizar o facto de que é *uma pessoa*, e refletir sobre o quanto está satisfeita consigo mesma de um modo global. Por outras palavras, a criança consegue, pela primeira vez, expressar um sentido de valor e autoestima (Harter, 2006a, 2012a).

## **Idade Escolar: O “Novo” Self, Identidade e Autoestima**

Durante a idade escolar, as mudanças decorrentes do desenvolvimento abrem caminho à construção de uma visão do self mais completa, madura e integrada. Esta nova visão inclui, pela primeira vez, o que se denomina de “self psicológico”, isto é, um conceito do self enraizada em características psicológicas, como capacidades mentais, maneiras de pensar e sentir, de entre outros (e.g., “sou boa a matemática”, “sou divertida e gosto de desenhar”), ao invés de atributos corporais (e.g., “tenho cabelo castanho”), como é típico de crianças mais novas (Harter, 2006b, 2012a). Para isto, é necessário ter em conta vários aspetos das suas experiências e integrá-los num “self” coerente, ou seja, coordenar várias representações do self (Harter, 2006b), capacidade esta que apenas surge na idade escolar. Esta nova forma de olhar para si próprio arrasta consigo uma nova forma de olhar os outros, bem como o desenvolvimento de capacidades de tomada de perspectiva, existindo cada vez mais uma compreensão dos sentimentos e pensamentos do outro. Um outro avanço que decorre na idade escolar ao nível identitário é o desenvolvimento do self social, um self intimamente relacionado com os outros e as relações com os outros, que faz um grande uso da pertença a grupos sociais e das comparações sociais. De facto, a relação com o outro, especificamente com os pares, torna-se fulcral nesta fase do desenvolvimento, merecendo um maior destaque mais à frente.

De acordo com Erikson (1994), a criança na idade escolar sente necessidade de se sentir útil e competente, tendo agora como desejo e desafio o domínio de novas competências no mundo real, bem como os sentimentos de sucesso ou fracasso associados a estas. O sucesso no cumprimento destes novos desafios origina o que Erikson denominou de “sentido de mestria”, uma crença na competência do próprio associada a uma tendência de iniciar atividades, procurar novas experiências e alcançar objetivos. No entanto, quando as tentativas de dominar novas tarefas falham sucessivamente, a criança depara-se com um sentimento de inferioridade e incompetência. Este sentimento de incompetência tem, evidentemente, um impacto negativo no autoconceito e autoestima da criança (Harter, 1993, 2012b; Tafarodi & Milne, 2002).

Como referido anteriormente, a autoestima é também ela um domínio alvo de grandes desenvolvimentos na idade escolar. Existem diversas definições de autoestima e alguma controvérsia em torno deste construto, mas uma possível definição poderá ser a de uma autoavaliação global do valor e autoaceitação do indivíduo (Rosenberg, 1965). Esta percepção valorativa do self não se reduz a avaliações em domínios específicos de capacidade ou adequação em aspetos da vida pessoal, refletindo, pelo contrário, um “conceito global do self” (Harter, 2012b, p.3).

Apesar de ser possível inferir um sentido de valor em crianças mais novas através das suas ações (*behaviorally-manifest self-esteem*), até cerca dos oito anos de idade a criança não possui um conceito consciente, verbalizado da sua autoestima (Harter, 2006a). Isto porque antes desta idade, a criança consegue avaliar aspetos específicos da sua competência (e.g., física) ou ajustamento (aparência, conduta, ...), mas não tem ferramentas cognitivas para combinar estes diferentes aspetos numa avaliação global do seu valor enquanto pessoa. Para além disso, geralmente estas avaliações específicas são desproporcionalmente positivas, uma vez que a criança ainda não consegue distinguir entre as suas competências reais e ideais (Harter, 2006a, 2012a). Adicionalmente, a criança ainda não tem desenvolvidas as capacidades sociocognitivas necessárias para realizar comparações sociais com o intuito de se autoavaliar, bem como ainda não desenvolveu competências de tomada de perspectiva para poder colocar-se no lugar do outro e avaliar as perceções que outros significativos podem ter do seu self (Harter, 2006a, 2006b). As teorias de James (1892, cit. Harter 1993, 2006a) e Cooley (1902, cit. Harter 1993, 2006a) sobre as bases da autoestima elucidam a necessidade destas competências sociocognitivas.

Para James, o nível de autoestima é o resultado da perceção de competência ou ajustamento em domínios relevantes para o indivíduo, ou seja, o sucesso em áreas com relevância pessoal promove a autoestima do indivíduo, assim como o insucesso nestes domínios afeta negativamente o seu sentimento de competência e o sentido global de autoestima. Desta forma, se a criança não distingue entre o seu self real e ideal, não consegue perceber uma discrepância entre os mesmos e realizar uma avaliação realista das suas competências e, conseqüentemente, desenvolver um sentido de autoestima. A capacidade de realizar comparações sociais irá fornecer uma ferramenta adicional para uma autoavaliação mais realista das competências da criança (Ruble & Frey, 1991).

Cooley, por outro lado, propôs outros antecedentes da autoestima, dando maior relevância a aspetos relacionais e sociais. Essencialmente, Cooley propõe que a opinião de outros significativos sobre o self do indivíduo é fulcral para o desenvolvimento do seu sentido de autoestima. Surge assim o conceito de *looking glass self*, uma metáfora para o processo segundo o qual os outros significativos são um espelho através do qual recolhemos informação sobre nós, nomeadamente sobre o que estes outros pensam de nós, sendo estas perceções depois internalizadas como autoavaliações do nosso valor enquanto pessoas. Assim, se a perceção que a criança tem do que os outros pensam dela é positiva, desenvolverá uma autoestima positiva. Daí a importância das competências de tomada de perspectiva, necessárias para que a criança se consiga colocar no lugar do outro e inferir como os outros o podem avaliar. Estas duas teorias não são incompatíveis, sendo que ambas fornecem fortes determinantes da autoestima,

suportados por evidência empírica, que propõe um modelo aditivo da autoestima com base nestas duas formulações (Harter, 1993, 2006a).

O conceito de *looking glass self* pode remeter-nos para o desenvolvimento dos modelos internos dinâmicos de Bowlby (1969; 1973), na medida em que interações repetidas com figuras de vinculação responsivas e emocionalmente disponíveis levam a criança a internalizar uma visão de si mesma como valorizada, competente e merecedora de afeto, potenciando uma maior autoestima. Antes de refletirmos mais aprofundadamente sobre este construto e a relação entre vinculação e autoestima, debrucemo-nos um pouco sobre as origens e pilares desta teoria.

### **Teoria da Vinculação: Uma Breve Revisão**

A teoria da vinculação é, antes de mais, não uma teoria sobre parentalidade, mas uma consideração psicobiológica e evolutiva da natureza e função dos laços que unem a criança aos seus cuidadores (geralmente, mas não necessariamente, os seus progenitores; Fearon & Roisman, 2017). John Bowlby é o pioneiro desta teoria, tendo depois Mary Ainsworth, com os conceitos de base segura e sensibilidade materna, de entre outras contribuições, expandido a teoria e possibilitado o seu teste empírico (Bretherton, 1992).

Os primórdios da teoria da vinculação remontam ao trabalho de Bowlby numa casa de correção para rapazes onde chega à conclusão de que disrupções na relação mãe-bebé (ou criança) são precursores de psicopatologia (Cassidy, 2016). Observações posteriores da reação ansiosa das crianças quando separadas das suas mães, mesmo continuando a ser cuidadas por outros, levam Bowlby a questionar-se do porquê desta importância materna para a criança. Ambas as teorias mais amplamente aceites na altura, a psicanalítica e a teoria da aprendizagem social, forneciam uma explicação para o laço entre a criança e a sua mãe baseada na satisfação de necessidades fisiológicas, nomeadamente a fome. Não satisfeito com estas teorias, Bowlby procura uma nova explicação, interessando-se por áreas como a etologia, onde estudos com animais, nomeadamente gansos e macacos *rhesus* (Lorenz, 1935, cit. Bretherton, 1992; Harlow & Zimmermann, 1958), demonstravam que estas crias se ligavam a “mães”, ou até mesmo objetos, que não os alimentavam mas que, por outro lado, forneciam conforto. Assim, em meados do século XX, duas das grandes conclusões de Bowlby fundadas na evidência empírica disponível são, então, que para crescer mentalmente saudável, o bebé/criança deve experienciar uma relação satisfatória, calorosa, íntima e contínua com a sua mãe ou cuidador substituto, e que os mecanismos por detrás da tendência do bebé para se ligar aos seus cuidadores emergem como resultado de pressões evolutivas, proposição esta inovadora para a época (Bretherton, 1992). Bowlby propôs que os comportamentos de vinculação (e.g., chorar, correr até ao

cuidador, esticar os braços a pedir colo, etc.) estão organizados num “sistema comportamental” que é ativado para promover a proximidade mãe-bebé face a ameaças, de modo a assegurar a proteção e sobrevivência deste último, sendo a vinculação, por isso, uma vantagem evolutiva e uma característica normal e saudável do ser humano ao longo do ciclo de vida (Cassidy, 2016).

O desenvolvimento de uma relação de vinculação decorre, geralmente, no primeiro ano de vida do bebé e continua a desenvolver-se nos anos seguintes. É importante referir que este vínculo que se desenvolve entre figura de vinculação e criança é característico da díade, e não apenas de uma das partes, e resulta de longos períodos de interação entre os dois, onde estes aprendem a coordenar o seu comportamento, podendo a criança desenvolver mais do que uma relação de vinculação, com diferentes cuidadores (DeHart et al., 2004). No entanto, nem todas as crianças se vinculam da mesma maneira. Como resultado do seu trabalho de observação intensivo no Uganda e, posteriormente, nos EUA (*The Baltimore Project*, em 1963), Mary Ainsworth identificou diferenças individuais nos comportamentos de vinculação das crianças, diferenças estas que pareciam estar associadas a variações nos comportamentos parentais, especificamente naquele que identificou como “sensibilidade materna” (Fearon & Roisman, 2017). Os bebés de mães atentas e responsivas aos seus sinais (respondendo-lhes adequadamente) apresentavam geralmente uma vinculação segura, chorando menos e explorando o meio prazerosamente na presença da mãe (Bretherton, 1992). Assim, a figura de vinculação apresenta-se não só como um “porto-seguro” (porto de abrigo) onde a criança pode regressar em momentos de stress, cumprindo a função protetora proposta por Bowlby, mas também como uma “base segura” que fornece segurança à criança na exploração do seu ambiente, mostrando-se disponível para a acolher quando necessário.

O desenvolvimento da Situação Estranha por Ainsworth, um procedimento experimental ainda hoje utilizado, inicialmente desenhado para observar o balanço entre comportamentos de vinculação e exploração sob condições de baixo ou alto stress (i.e., na presença ou ausência da mãe, respetivamente) na infância, permitiu distinguir quatro padrões de vinculação: segura, caracterizada pelo uso da figura de vinculação como uma base segura quando presente, mostrando sinais de desconforto com a sua ausência mas sendo facilmente reconfortadas com o seu regresso, voltando à exploração de seguida; ansiosa-evitante, um padrão de vinculação insegura caracterizado por um comportamento de evitamento da figura de vinculação, sendo que a criança explora rapidamente o ambiente e não se mostra afetada pela ausência nem regresso do cuidador; ansiosa-ambivalente, padrão onde a exploração do meio é mínima, existindo uma maximização dos comportamentos de vinculação, com uma reação agravada à separação, sem a criança, no entanto, parecer reconfortada com a

proximidade obtida no reencontro, podendo mesmo mostrar-se zangada; e, por fim, a vinculação desorganizada, identificada posteriormente, onde a criança mostra características contraditórias de diferentes padrões de vinculação, podendo mostrar-se confusa, assustada e sem um comportamento com um objetivo coerente (DeHart et al., 2004; Fletcher & Gallichan, 2016). As diferenças individuais na vinculação são importantes dadas as suas implicações no desenvolvimento posterior (DeHart et al., 2004; Fearon & Roisman, 2017). A este respeito é importante desenvolver o conceito dos (já mencionados) Modelos Internos Dinâmicos (MID; Bowlby, 1969; 1973), uma vez que Bowlby propôs que são estes que medeiam a relação entre a segurança da vinculação na infância e o funcionamento posterior.

### ***Modelos Internos Dinâmicos***

Apesar dos MID não estarem restritos nem ao ser humano nem a representações de relações (e.g., um animal tem um modelo interno dinâmico do seu ambiente, que o ajuda a orientar o seu comportamento; Bretherton & Munholland, 2016), para efeitos da literatura que está a ser abordada, os MID são representações mentais que podem ser definidos como expectativas generalizadas sobre o mundo social, incluindo a responsividade do cuidador, a capacidade da própria criança de obter os cuidados que necessita e, por generalização, as relações sociais, tendo como objetivo fornecer informações aos membros da díade de forma a antecipar, interpretar e guiar as suas interações (Bretherton & Munholland, 2016; DeHart et al., 2004). Estas estruturas cognitivas começam a desenvolver-se pelo final do primeiro ano de vida e desenvolvem-se rapidamente pelo segundo e terceiro anos, acompanhando o desenvolvimento da linguagem e competências motoras (DeHart et al., 2004). Através de experiências repetidas com a figura de vinculação, a criança vai formando e internalizando expectativas sobre a acessibilidade, responsividade e sensibilidade dessa figura. Uma criança que experiencia responsividade e cuidados adequados às suas necessidades por parte do cuidador desenvolve um modelo dessa figura de vinculação como sendo emocionalmente disponível, provedora de proteção quando necessário e de apoio à exploração da criança. Consequentemente, a criança desenvolve paralelamente um modelo do seu self como sendo valorizado, merecedor desses cuidados e eficaz a obtê-los. Por outro lado, uma figura de vinculação que frequentemente se mostra rejeitante ou indisponível para com as necessidades da criança, promove um MID do self como inaceitável, desvalorizado e incompetente. Assim, numa relação de vinculação, os MID do self e das figuras de vinculação estão intimamente relacionados e em constante interação (Fletcher & Gallichan, 2016).

Apesar destes modelos, enquanto estruturas cognitivas, estarem abertos a revisão (i.e., integração de novas informações e consequente modificação), a sua natureza torna-os propícios a estabilizarem-se devido a mecanismos de atenção seletiva e processamento de informação (Bretherton, 1992; Bretherton & Munholland, 2016). Estas representações são, então, mantidas e trabalhadas ao longo do desenvolvimento, influenciando o comportamento em relações posteriores, dando sentido às experiências da criança e influenciando o tipo de experiências que procura ou evita (DeHart et al., 2004). É, nomeadamente, através dos MID que as experiências precoces de vinculação moldam a forma como a criança interpreta e responde a experiências sociais, o que, por seu turno, influencia o funcionamento social e emocional da criança (por exemplo, as expectativas sobre a forma como os outros poderão responder às suas iniciativas de estabelecimento de contacto social pode motivar ou desmotivar a criança a relacionar-se com os outros; Fearon & Roisman, 2017; Veríssimo et al., 2014). Adicionalmente, e como já referido, o MID do self reflete a forma como a criança se sentiu valorizada e apreciada pelos outros, internalizando assim um sentido de maior ou menor valor, isto é, desenvolvendo uma maior ou menor autoestima (Verschueren, 2020).

### ***Vinculação e Autoestima***

De facto, a literatura tem-nos revelado uma associação consistente entre a qualidade da vinculação à mãe e ao pai e a autoestima em diferentes idades. Por exemplo, um estudo de Goodvin et al. (2008) com crianças de idade pré-escolar revelou que a segurança na vinculação à mãe aos quatro anos de idade prediz a autoestima da criança um ano depois. Também os resultados de um estudo de Verschueren e Marcoen (1999) com crianças do pré-escolar revelaram uma correlação significativa entre a qualidade da vinculação, à mãe e ao pai, e a autoestima, tanto auto-reportada como reportada por parte do professor tendo em conta manifestações comportamentais. Para além disso, encontraram um efeito aditivo da vinculação a ambos os pais na autoestima, isto é, crianças com duas vinculações seguras apresentaram valores significativamente mais elevados de autoestima que aquelas com apenas uma vinculação segura, que por sua vez apresentam valores de autoestima mais elevados que aquelas com duas vinculações inseguras, o que sugere um poder preditivo específico da vinculação a cada um dos progenitores. Em linha com estes resultados, um estudo de Pinto e colaboradores (2015) reflete a importância da vinculação ao pai na autoestima, muitas vezes subvalorizada. Para além de uma correlação significativa entre a vinculação a cada um dos progenitores aos dois anos de idade e a autoestima aos cinco, a vinculação ao pai revelou ter um poder preditivo único, o que não aconteceu para a vinculação à mãe. Um padrão semelhante verificou-se para

crianças em idade escolar (Bureau et al., 2020), sendo que crianças com uma vinculação segura ao pai apresentam menor probabilidade de reportar baixa autoestima, enquanto que para crianças com uma vinculação insegura ao pai esta probabilidade é maior do que o esperado, independentemente da vinculação à mãe. Adicionalmente, quando existe segurança na vinculação a ambos os progenitores a probabilidade de reportar baixa autoestima é menor que o esperado, bem como a probabilidade de reportar elevada autoestima é maior (Bureau et al., 2020). Outros estudos com crianças em idade escolar, de forma mais geral, revelaram uma associação entre a segurança da vinculação aos pais e a autoestima, sendo que crianças com maior segurança na vinculação reportaram uma autoestima mais elevada (e.g., Kerns et al., 1996; Verschueren & Marcoen, 2002, 2005).

Importa referir que apenas há relativamente pouco tempo se começou a ter em consideração o papel do pai enquanto figura de vinculação, tendo a investigação sobre a vinculação sido dominada pela mãe durante largas décadas. A investigação tem-nos demonstrado não só que a vinculação ao pai tem um papel preditor único no ajustamento posterior da criança, como pode desempenhar funções qualitativamente diferentes das da mãe (Verschueren, 2020). Na idade escolar, estas relações continuam a ter um papel primordial, sofrendo, no entanto, alguns ajustamentos.

### **Vinculação na Idade Escolar**

Na infância, a segurança da vinculação ancora-se fundamentalmente na responsividade e sensibilidade constantes do cuidador. À medida que a criança se desenvolve passa a ser capaz de invocar uma representação (MID) do cuidador como responsivo e sensível mesmo quando o cuidador não está fisicamente presente. Para além disso, por volta dos três anos, a criança começa a ter noção de que, por vezes, os seus cuidadores podem ter necessidades e motivações diferentes das suas, tomando-as agora em consideração, dando origem a uma fase da vinculação que Bowlby denominou de *goal corrected partnership* (Fletcher & Gallichan, 2016).

Já na idade escolar, dá-se uma mudança de objetivo da vinculação que passa da proximidade ou contacto para a disponibilidade desta figura (Bosmans & Kerns, 2015; Kerns & Brumariu, 2016). Esta mudança ocorre, em parte, devido a um aumento nas capacidades de autorregulação da criança, que passa a necessitar menos vezes do auxílio dos pais, e às expectativas que os pais e a própria criança formam relativamente à autonomia da criança. Estas expectativas podem ser influenciadas, por exemplo, por exigências do mundo externo, como a escola, que implicam que a criança passe mais tempo longe dos pais. No entanto, é necessário que a criança sinta que pode contactar ou reunir-se com a figura de vinculação se necessário,

de modo a sentir-se segura longe dela (Kerns & Brumariu, 2016). Esta mudança de objetivo leva a um declínio na frequência e intensidade de determinados comportamentos de vinculação, bem como um aumento no número de ações que os terminam (Mayseless, 2005). Importa referir que uma menor necessidade de recorrer às figuras de vinculação não implica uma diminuição na segurança da vinculação da criança. Pelo contrário, existe evidência empírica que aponta para um aumento na percepção de disponibilidade e segurança da vinculação na idade escolar (Verscheueren & Marcoen, 2005; Kerns et al., 2006).

Para além desta mudança de objetivo da vinculação, Kerns e Brumariu (2016) identificam ainda outras três características que definem a vinculação na idade escolar. Em primeiro lugar, os pais continuam a ser as principais figuras de vinculação. Apesar dos pares se constituírem como membros muito relevantes das redes sociais da criança, estes ainda não funcionam como figuras de vinculação (como começa a acontecer no final da adolescência). No entanto, é possível que a criança se dirija a outras figuras que não os pais/cuidadores principais (e.g., avós, professores, pares) quando estes não estão imediatamente disponíveis (e.g., na escola). Uma outra característica é a emergência de uma aliança colaborativa entre a criança e a figura de vinculação. Até esta idade são as figuras de vinculação que assumem responsabilidade por manter contacto com a criança. Na idade escolar, a criança toma progressivamente mais responsabilidade nestes processos de comunicação, existindo assim uma “co-regulação” dos fenómenos de base segura. Para além disso, a criança começa cada vez mais a usar as figuras de vinculação como um recurso ao invés de uma solução, havendo um trabalho em conjunto na resolução de problemas apresentados pela criança. Por fim, a figura de vinculação continua a funcionar concomitantemente como “porto seguro” e “base segura”. Com o mundo da criança em expansão na idade escolar, este apoio à exploração fornecido pela base segura (e.g., mostrando confiança nas capacidades da criança, promovendo confiança na capacidade de superar desafios) ganha uma maior saliência, sendo cada vez mais importante que exista um balanço entre as necessidades de cuidado e de exploração. A este respeito, importa referir que à semelhança do que acontece em idades anteriores, a literatura revela que na idade escolar existe uma tendência para as mães cumprirem um papel de “porto seguro” enquanto que os pais se encarregam mais das funções de “base segura” (Kerns et al., 2015).

As características da vinculação na idade escolar levantam a questão de quais os fatores do comportamento parental que promovem uma vinculação segura. A literatura sugere que à semelhança do que acontece com crianças mais novas, cuidados parentais sensíveis e responsivos continuam a estar associados a uma vinculação segura. Para além destes, o suporte à autonomia torna-se particularmente saliente nesta idade, bem como o uso reduzido de

estratégias de controlo psicológico, promovendo uma maior aceitação da criança e a expressão dos seus sentimentos e opiniões (Bosmans & Kerns, 2015; Koehn & Kerns, 2018). Adicionalmente, muitas das associações entre vinculação e domínios do desenvolvimento que se verificam para idades mais precoces, continuam a verificar-se na idade escolar. De uma forma geral, a vinculação segura na infância está relacionada com maior competência social, emocional e cognitiva e menos problemas comportamentais na idade escolar. Por exemplo, crianças com uma vinculação segura demonstram uma visão do self mais positiva e equilibrada, uma tendência para interpretar as ações dos outros de forma positiva, maior utilização de estratégias de regulação emocional adaptativas e maior capacidade de gerar soluções pro-sociais na resolução de problemas com os pares (Kerns & Brumariu, 2016), o que promove relações saudáveis com os mesmos.

### **Relação com os Pares na Idade Escolar**

Os pares tornam-se progressivamente mais importantes na idade escolar e adolescência. De facto, aos 11 anos, o tempo passado com os pares é geralmente mais do que o tempo passado com a família (DeHart et al., 2004). A importância do grupo de pares na idade escolar prende-se, em parte, com a o leque de experiências de aprendizagem que este providencia, experiências estas que as relações com outras figuras da vida da criança, maioritariamente adultos, não fornecem, dada a relação hierárquica que as caracteriza. Por exemplo, a relação com os pares pode permitir aprender sobre valores como a reciprocidade e a cooperação. Ao promoverem a interação, promovem também o desenvolvimento de competências sociais, como por exemplo, competências de negociação de conflitos, que acarreta consigo a necessidade de se colocar no lugar do outro para entender como este pensa e sente. O aumento da complexidade das relações com o pares só é possível devido às mudanças que ocorrem nesta idade, já anteriormente abordadas, e que fomentam uma maior capacidade de compreensão das regras sociais e de comunicação de sentimentos e desejos (DeHart et al., 2004; Rubin et al., 2015).

Como referido, tal como muitos outros domínios de competência, a competência com os pares, ou a competência social, de forma mais generalizada (i.e., a capacidade de usar recursos comportamentais, cognitivos e emocionais com vista a alcançar objetivos pessoais em contextos sociais variados), é fortemente influenciada pela segurança da vinculação. Teoricamente, uma vinculação segura promove a competência social da criança dada a história de responsividade e disponibilidade do cuidador para com a criança que resulta no desenvolvimento de expectativas sociais positivas (ou modelo interno dinâmico, como abordado anteriormente) relativamente às relações no geral, o que inclui a relação com os pares.

Estas expectativas sociais resultam, potencialmente, numa exploração ativa dos meios sociais onde a criança se insere, incluindo a exploração das relações com os pares, promovendo a interação com os mesmos, o que, conseqüentemente, permite desenvolver competências sociais, como já descrito, ou consolidar competências já existentes (Fernandes et al., 2019). Adicionalmente, estas crianças poderão ter aprendido estilos de interação socialmente adaptados com os seus cuidadores ou ter desenvolvido capacidades de regulação emocional que são relevantes para as interações sociais (Abraham & Kerns, 2013; Kerns et al., 1996). A relação entre a segurança da vinculação e a competência social tem sido verificada empiricamente, tanto ao nível do pré-escolar (e.g., Fernandes et al., 2019; Veríssimo et al., 2014; Veríssimo et al., 2011) como na idade escolar (e.g., Abraham & Kerns, 2013; Booth-LaForce et al., 2006). Ainda, a investigação tem encontrado uma associação consistente entre a vinculação e a qualidade das relações de amizade em crianças em idade escolar, avaliada através de medidas de apoio, companheirismo, responsividade e conflito (Kerns & Brumariu, 2016). A competência com os pares constitui-se, assim, como um dos aspetos primordiais na idade escolar e uma espécie de barómetro do funcionamento geral da criança.

Uma criança que explora ativamente o seu ambiente com confiança, iniciando interações ajustadas, é uma criança atrativa enquanto parceiro social para os seus pares (Fernandes et al., 2019). Por outras palavras, crianças socialmente competentes são frequentemente mais socialmente aceites pelos seus pares, ou “mais populares” (Bandon et al., 2010; Linsey, 2002; Santos et al., 2014). Por esta razão, alguns estudos exploram a relação entre a existência de uma vinculação segura e a aceitação pelos pares. Especificamente na idade escolar, apesar de uma tendência para se verificar uma associação entre vinculação segura e maior popularidade entre pares, a evidência empírica disponível não é consistente. Alguns estudos reportam associações entre a qualidade da vinculação à mãe e a popularidade, sendo que crianças com vinculações seguras são mais aceites socialmente (a evidência existente é tanto longitudinal como transversal, – e.g., Bohlin et al., 2000; Granot & Mayseless, 2001, respetivamente). No entanto, os resultados de outros dois estudos revelaram que esta relação apenas se verifica para vinculação com o pai e não para a vinculação à mãe (Verschueren & Marcoen, 2002, 2005). Esta desigualdade pode ser explicada pelos papéis diferenciados tomados pela mãe e o pai durante o desenvolvimento. Como referido, o pai tende a funcionar mais frequentemente como uma base segura, a partir da qual a criança pode explorar o meio à sua volta, inclusivamente o meio social. A mãe, por outro lado, toma com mais frequência o papel de porto seguro, reconfortando a criança, sendo este papel mais relacionado com a compreensão do mundo interno da criança, das suas emoções e necessidades. Assim, a

vinculação com a mãe poderá estar mais associada ao funcionamento da criança nas suas relações de amizade mais íntimas, sendo que, num grupo de pares alargado, as competências associadas a uma vinculação segura ao pai possam ser potenciadoras de maior aceitação social. Ainda, um estudo de Lieberman e colaboradores (1999) não encontrou relações significativas entre a qualidade da vinculação aos pais e a aceitação social. Esta relação carece, assim, de mais investigação. Um dos objetivos deste estudo passará, então, por fornecer mais evidência empírica da relação entre a vinculação à mãe e ao pai, separadamente, e a aceitação social.

## **O Presente Estudo**

### ***Estudo 1: O Papel da Aceitação Social***

O presente estudo pretende explorar a relação entre a vinculação, a autoestima e a aceitação social na idade escolar. Como discutido no início desta introdução, a pertinência do estudo da autoestima na idade escolar prende-se com as mudanças que ocorrem nesta fase de desenvolvimento e que permitem, pela primeira vez, falar de um sentido de autoestima global, consciente e verbalizado. A relação entre a autoestima e a segurança da vinculação já foi amplamente estudada, como já explicitado, bem como a relação entre a vinculação e a relação com os pares. No entanto, são poucos os estudos que exploram como a vinculação e a relação com os pares influenciam, em conjunto e separadamente, o desenvolvimento da criança, e, inclusivamente, a sua autoestima (Kerns & Brumariu, 2016; Schneider et al., 2001).

Verschueren e Marcoen (2005) reportam evidências de uma relação de mediação entre a autoestima, a vinculação ao pai e a aceitação social, em crianças em idade escolar. Especificamente, os resultados revelam que crianças que reportam segurança na vinculação ao pai tendem a ser mais aceites pelos pares devido ao efeito potenciador que a segurança da vinculação produz na sua autoestima. De facto, os poucos estudos que exploram simultaneamente a vinculação, autoestima e a relação com os pares, têm almejado a hipótese do papel mediador da autoestima na relação entre segurança da vinculação e relação com os pares. Por exemplo, os resultados de um estudo de Booth-LaForce e colaboradores (2006) apontam para o papel mediador do sentido de valor da criança na relação entre vinculação e competência social. Um outro estudo, realizado com adolescentes, reporta, novamente, o papel mediador da autoestima, desta vez na relação entre a qualidade da vinculação e a qualidade da relação com os pares (Rocha et al., 2011). No entanto, teoricamente, faria sentido explorar outras relações entre estas variáveis.

Como explorado anteriormente nesta introdução, para Harter (1993, 2006a) tanto a perceção de competência em domínios de relevância para o indivíduo como a forma como este

é refletido pelos outros são determinantes para o nível de autoestima. Ou seja, a forma como o indivíduo se sente relativamente a si mesmo é afetada pela forma como os outros se sentem em relação a ele. Sendo assim, existem bases teóricas para crer que uma maior aceitação social poderá prever uma maior autoestima. A evidência empírica disponível aponta para a existência desta relação: “Being liked by others led to more positive self evaluations” (Srivastava & Beer, 2005, p. 966). Isto é, os resultados deste estudo revelaram que uma maior aceitação social precede autoavaliações mais positivas, e não o contrário. Uma vez que, como já abordado, o estado da arte, de uma forma generalizada, aponta para a existência de uma relação entre a segurança na vinculação e a aceitação social (posterior e concorrente), coloca-se a hipótese de que a aceitação social funcione como um mediador na relação entre a segurança na vinculação e a autoestima, sendo esta mediação, no entanto, apenas parcial. Isto porque, tendo em conta os pressupostos da teoria da vinculação e o funcionamento dos modelos internos dinâmicos, já revistos nesta introdução, não existe fundamentação teórica para não considerar a vinculação como um determinante com valor preditivo único para autoestima. Também do ponto de vista empírico existem evidências que apontam para um papel preditivo único da vinculação, especificamente ao pai, e da aceitação social na autoestima (Pinto et al., 2015). Outros resultados deste mesmo estudo, realizado com crianças de idade pré-escolar, revelaram uma relação de moderação entre a vinculação ao pai e a autoestima, sendo o moderador a aceitação social, o que sugere a influência da aceitação social na autoestima. Este efeito de interação da vinculação ao pai e aceitação social sugere a possibilidade de que uma maior aceitação social possa compensar o impacto de uma menor qualidade da vinculação ao pai na autoestima. Dados estes resultados, neste estudo a autoestima será explorada tanto enquanto mediador como moderador.

Um primeiro objetivo deste estudo será, então, averiguar a existência de uma relação única entre a vinculação à mãe e ao pai, separadamente, e a aceitação social (ver pp.11-12), e testar a existência de relações de mediação e/ou moderação entre a segurança da vinculação e a autoestima, tendo como mediador e/ou moderador a aceitação social.

### ***Estudo 2: Múltiplas Influências no Autoconceito***

Ao longo desta revisão, o conceito de autoestima tem sido abordado em linha com as definições de Rosenberg e Harter. Apesar de diferenças entre ambos na conceção do self (respetivamente, unidimensional e multidimensional), ambos vêem a autoestima como uma autoavaliação global do valor do self, que pode ser influenciada pela perceção de competência em diversas áreas, mas que não depende exclusivamente destas, constituindo-se como um outro

construto independente, que traduz, no fundo, o “quanto o indivíduo gosta de si mesmo” (Harter, 2012b, p.2). Alguns autores, por outro lado, propõem uma concepção bifatorial da autoestima, que inclui as dimensões de competência e valor. A competência (self-competence) diz respeito à “quantidade” de competência que o indivíduo sente que tem, de uma forma geral; nas palavras de Tafarodi e Milne (2002, p.444), “the valuative experience of oneself as a causal agent, an intentional being with efficacy and power”. O valor, ou self-liking, por outro lado, é definido como “the valuative experience of oneself as a social object, a good or bad person according to internalized criteria for worth” (p.444). Por outras palavras, é o reflexo do quanto o indivíduo gosta de si mesmo. A concepção de autoestima patente nos trabalhos de Harter e Rosenberg corresponde, assim, à dimensão de self-liking (Harter, 2012b; Tafarodi & Milne, 2002).

A “escala de auto-conceito para crianças e pré-adolescentes” de Susan Harter (1985; Alves-Martins et al., 1995), que contém a medida de autoestima (*global self-worth*) utilizada neste estudo, é constituída por outras cinco subescalas que abordam domínios do autoconceito relacionados com competência e adaptação. Poderá ser interessante, assim, perceber qual o contributo de diferentes relações da criança não só na autoestima mas também para estes domínios do autoconceito, que, como referido, podem ter impacto na autoestima ou até mesmo refletir uma outra dimensão desta, que se traduz num sentido de competência.

A este respeito, um estudo realizado com dois grupos de crianças (um em idade escolar e outro no início da adolescência) reportou diferenças nas associações entre a vinculação à mãe e a vinculação ao pai e diferentes domínios do autoconceito (aferidos pelo “Marsh Self-Description Questionnaire”), consoante a idade (Doyle et al., 2000). A vinculação à mãe estabeleceu uma associação única com a autoestima global e a aparência física em ambos os grupos, enquanto que a segurança na vinculação ao pai revelou uma associação única com a competência escolar percebida, em ambas as idades, e com a autoestima global, mas apenas para o grupo de crianças mais velhas. Também Verschueren e Marcoen (1999) reportam, para crianças em idade pré-escolar, que os sentimentos de valor da criança em relação a si mesma eram mais fortemente preditos pela vinculação à mãe, enquanto que a exploração do mundo social (ou falta dela) estava mais fortemente relacionada com a vinculação ao pai, em linha com os papéis diferenciados de porto seguro e base segura, respetivamente. Adicionalmente, como ficou claro ao longo desta introdução, com a expansão do mundo social da criança para além da família, outras relações sociais ganham progressivamente mais relevância no seu desenvolvimento socioemocional, como é o caso dos pares e professores. De facto, um estudo de Verschueren et al. (2012) com crianças no início da idade escolar, demonstrou que diferentes

domínios do autoconceito eram preditos por diferentes relações sociais. Especificamente, o autoconceito académico estava relacionado com a qualidade da relação professor-aluno, o autoconceito social com a aceitação social (dos pares) e a autoestima com a qualidade da vinculação à mãe.

Assim, este segundo estudo é realizado com o intuito de estudar a relação entre a perceção de segurança na vinculação à mãe e ao pai e a aceitação social, e os diferentes domínios do autoconceito presentes na “escala de auto-conceito para crianças e pré-adolescentes” (Harter, 1985; Alves-Martins et al., 1995).

## **Método**

### **Participantes**

Os participantes do estudo fazem parte duma amostra longitudinal de crianças em idade escolar (1º ao 4º ano) aferida pelo William James Center for Research. A amostra utilizada neste estudo é constituída por 123 crianças que na altura da recolha frequentavam o 4º ano numa instituição de ensino privada no distrito de Lisboa, sendo que 56.1% são do sexo feminino. A opção por uma amostra constituída exclusivamente por crianças do 4º ano prende-se com dois critérios. Em primeiro lugar, como referido na revisão de literatura, o sentido global de autoestima é um construto que só começa a desenvolver-se por volta dos oito anos aquando do desenvolvimento de certas competências sociocognitivas. Assim, não faria sentido incluir na amostra crianças com idade inferior aos oito anos, estando assim excluídas as crianças do 1º e 2º ano. Em segundo lugar, atendendo à análise da consistência interna dos instrumentos utilizados, os valores para as crianças do 3º ano revelaram-se pouco adequados, ao contrário do que aconteceu para as crianças do 4º ano. Este aspeto poderá revelar algumas dificuldades de interpretação na leitura das escalas por parte das crianças mais novas, dificuldades estas que se esbatem com a maior maturação cognitiva das crianças mais velhas.

### **Instrumentos**

#### ***Segurança da Vinculação***

Para medir esta variável foi utilizada a “Escala de Segurança” de Kerns et al. (1996; KSS), desenvolvida para crianças entre os 8 e os 12 anos, que avalia a perceção de segurança da vinculação da criança à mãe e ao pai, separadamente, isto é, a perceção que a criança tem da disponibilidade e responsividade de cada um dos pais, o quanto pensa poder recorrer a eles em momentos de stress e a facilidade e interesse em comunicar com estas figuras de vinculação. É uma escala unidimensional (Segurança), constituída por 15 itens, avaliados numa escala de

quatro pontos, seguindo o formato da escala de autoconceito para crianças e pré-adolescentes de Harter (1985). Primeiramente são apresentadas duas frases distintas, cada uma referente a um tipo de criança (e.g., “Algumas crianças acham fácil confiar no seu pai/na sua mãe.” MAS “Outras crianças não têm a certeza se podem confiar no seu pai/na sua mãe”). Após identificar com qual das crianças é mais parecida, a criança indica o quanto pensa que esta é parecida com ela, se *exatamente como eu* ou *mais ou menos como eu*. É calculada uma média a partir dos valores atribuídos a cada item (1 a 4), sendo que uma pontuação mais alta indica uma maior percepção de segurança das crianças nas suas relações parentais. Esta escala revelou no passado boas propriedades psicométricas, nomeadamente adequação ao nível da validade convergente e discriminante, da consistência interna ( $\alpha = .84$ ) e da fiabilidade teste-reteste (Kerns et al., 1996). No presente estudo, ambas as escalas de segurança à mãe e ao pai revelaram valores aceitáveis de consistência interna ( $\alpha = .74$  e  $\alpha = .71$ , respetivamente).

### ***Autoestima e Autoconceito***

A “Escala de Autoconceito para Crianças e Pré-adolescentes” (8-12 anos) é um questionário de 36 itens que pretende avaliar a forma como estes percebem a sua competência e adequação em diferentes domínios do autoconceito e avaliar a sua autoestima. Foi desenvolvida por Harter (1985) e validada para a população portuguesa por Alves-Martins et al. (1995). Este instrumento é constituído por duas escalas gerais: uma correspondente ao “Perfil de Autoperceção” e uma “Escala de Importância”. Esta última pretende avaliar a importância atribuída a cada domínio do perfil de autoperceção, não tendo, no entanto, sido utilizada para efeitos deste estudo. O perfil de autoperceção é constituído por seis subescalas, cada uma composta por seis itens, sendo que cinco destas escalas se referem a domínios específicos do autoconceito, e uma outra, denominada por “Autoestima global”, reflete, no fundo, o quanto a criança gosta e está satisfeita consigo mesma, constituindo um julgamento global do seu valor enquanto pessoa, e não um domínio específico de competência, sendo independente destes. Os cinco domínios específicos correspondem à “Competência escolar” (avalia a percepção da criança sobre o seu desempenho escolar), “Aceitação social” (avalia a percepção da criança da aceitação pelos seus colegas e como é que esta se sente em termos de popularidade), “Competência atlética” (refere-se ao modo como a criança percebe a sua competência em atividades desportivas ou jogos ao ar livre), “Aparência física” (reflete o grau de satisfação da criança relativamente ao seu aspeto, peso, tamanho, etc.), e, por fim, a “Atitude comportamental” (que diz respeito à forma como a criança se sente em relação ao modo como age, isto é, se faz coisas corretamente, se age de acordo com o que esperam dela, etc.). A

autoestima será operacionalizada através da subescala de autoestima global, enquanto que as restantes subescalas ou dimensões constituirão os domínios de autoconceito em análise no Estudo 2.

A estrutura dos itens, como descrito para a escala de segurança de Kerns et al. (1996), consiste numa dupla decisão. Primeiramente o indivíduo escolhe, de entre duas descrições de sujeitos, com qual se identifica mais (e.g., “Algumas crianças acham que são tão inteligentes como outras crianças da sua idade.” MAS “Outras não têm a certeza e duvidam que sejam tão inteligentes”). Tendo feito essa escolha terá de indicar o seu grau de identificação, isto é, se sente que, relativamente àquele sujeito, *Sou tal e qual assim* ou *Sou um bocadinho assim*. O objetivo desta estrutura de item é minimizar a influência da tendência para respostas socialmente desejáveis. A cotação de cada item varia de 1 a 4, sendo que 1 reflete baixa competência percebida e 4 alta competência percebida, sendo necessário tomar em consideração a ordem em que as possibilidades de resposta são apresentadas (metade dos itens são apresentados da maior para menor competência, e a outra metade de forma inversa). Após a cotação dos diferentes itens calcula-se a média para cada subescala, obtendo-se seis médias a partir das quais é possível traçar o perfil do sujeito.

A análise psicométrica realizada para a validação da escala portuguesa revelou uma consistência interna aceitável para todas as subescalas ( $\alpha = .65$  a  $\alpha = .72$ ), com exceção da subescala de aceitação social ( $\alpha = .53$ ; Alves-Martins et al., 1995). De facto, esta subescala foi revista na mais recente versão da escala (Harter, 2012b), passando a denominar-se “Competência social”, devido à natureza dos itens anteriores não refletir características do self que definem o seu sucesso num determinado domínio (e.g., saber como fazer amigos, ter competências para fazer com que os outros gostem de si, ...), como proposto teoricamente, refletindo, ao invés disso, se a criança se sente satisfeita com a quantidade de amigos que tem e com a sua popularidade (e.g., “Algumas crianças gostavam que mais crianças da sua idade gostassem delas”, na versão original, passa a “Algumas crianças gostavam de saber como fazer mais amigos” - item 26). No entanto, no presente estudo esta dimensão apresenta uma consistência interna adequada, tendo por isso sido mantida na análise. De facto, como pode verificar-se no Quadro 1, os valores de consistência interna aferidos pelo alfa de Cronbach no presente estudo revelam-se aceitáveis para todas as dimensões com exceção da competência atlética cujo valor é questionável. Outros indicadores psicométricos apurados na validação portuguesa revelaram-se adequados, como a estabilidade temporal (correlação teste-reteste significativa para todas as escalas [ $p < 0.01$ ], com valores entre .62 e .76) e a validade de

construto (a análise fatorial realizada revelou uma estrutura idêntica à apresentada na versão original; Alves-Martins et al., 1995).

### **Quadro 1**

#### *Valores de Consistência Interna por Dimensão da Escala de Autoconceito*

	$\alpha$ de Cronbach
Autoestima	.74
Competência escolar	.73
Aceitação social	.71
Competência atlética	.64
Aparência física	.71
Atitude comportamental	.77

### ***Aceitação Social***

Para avaliar a aceitação social recorreu-se as técnicas sociométricas de nomeação. A aceitação social foi aferida através da dimensão “Popularidade” de um caderno de nomeações sociais contendo dez dimensões de reputação social, sendo o significado de cada uma explicado oralmente. Perante uma folha com uma matriz com os nomes de todas as crianças da turma, foi pedido a cada participante que “Com o vosso lápis azul façam um X sobre o nome das três crianças com quem vocês gostam mais ou gostariam brincar.” (nomeações positivas) e “Com o vosso lápis vermelho façam um círculo à volta do nome das três crianças com quem vocês não gostam nada de brincar.” (nomeações negativas). A aceitação social foi então calculada a partir da diferença entre o número de nomeações positivas e o número de nomeações negativas, sendo que estes valores foram, antes disso, estandardizados por turma. Esta operacionalização da aceitação social pretende assegurar que as crianças com maior aceitação social são mais prosociais. A utilização de apenas nomeações positivas como medida de aceitação social poderia esconder questões de agressividade e dominância, que motivam a nomeação positiva por medo, e que poderiam afetar os resultados do estudo dada a relação negativa que estas características e problemas comportamentais estabelecem com a segurança da vinculação (e.g., Verschueren & Marcoen, 2002).

### **Procedimentos**

Como referido, a amostra em estudo foi aferida pelo William James Center for Research. Após permissão das autoridades escolares para a realização da recolha de dados, foi enviado o

consentido informado às famílias, pedindo autorização para realizar a recolha junto do seu educando. As recolhas são realizadas em grupo (por turma) durante o horário escolar, em sessões de cerca de 45 minutos, previamente agendadas com a professora. Regra geral, são preenchidos mais que um instrumento por sessão, não se cingindo estes aos instrumentos utilizados no presente estudo. Em todas as sessões está presente um assistente de investigação para fornecer instruções e esclarecer qualquer dúvida que surja. As instruções dadas às crianças reforçam o carácter voluntário da sua participação e confidencialidade dos dados recolhidos, bem como a importância de responder aos questionários de forma individual.

## Resultados

### Estudo 1

#### *Análise Preliminar*

As médias, desvio-padrão, mínimo e máximo das quatro variáveis em estudo encontram-se no Quadro 2. O primeiro aspeto que se ressalta são os valores elevados das médias da segurança à mãe e ao pai e da autoestima. Recorde-se que a escala varia de 1 a 4, sendo que quanto maior o valor, maior a segurança/autoestima. De facto, a análise da normalidade das distribuições revela que nenhuma destas três variáveis tem distribuição normal (Anexo A, Quadro A1), sendo que todas apresentam assimetria negativa (entre -0.96 e -0.36, referentes à autoestima e segurança ao pai, respetivamente). Ou seja, esta amostra caracteriza-se por valores relativamente elevados de segurança e autoestima, comparativamente com uma distribuição normal. Adicionalmente, importa referir que estas variáveis apresentam uma dispersão algo reduzida, com coeficientes de variação entre os 11% e os 15%. Por outro lado, a aceitação social é normalmente distribuída.

#### Quadro 2

##### *Média, Desvio-Padrão e Variação das Variáveis do Estudo 1*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Min	Max
Segurança à mãe	3.40	0.39	2.20	4
Segurança ao pai	3.35	0.39	2.27	4
Autoestima	3.46	0.50	1.83	4
Aceitação social	0.17	1.60	-5.11	3.69

Relativamente a diferenças entre grupos, quando agrupados por sexos não foram encontradas diferenças significativas na média de nenhuma das variáveis (Anexo A, Quadro

A2). A comparação entre as médias da segurança à mãe e da segurança ao pai não revelou, igualmente, diferenças significativas ( $t(122) = 1.73, p = .087$ ).

Já ao nível das correlações entre as variáveis em análise, os resultados encontram-se no Quadro 3. Como se constata, existe uma forte correlação positiva entre a segurança à mãe e a segurança ao pai. Ambas estas variáveis estão também significativamente correlacionadas com a autoestima, sendo que quanto maior a segurança, maior a autoestima. No entanto, quando passamos para a aceitação social verificamos que esta não se correlaciona significativamente com nenhuma das variáveis em análise, apresentando valores de correlação próximos de zero.

### Quadro 3

*Correlações entre as Variáveis do Estudo 1 (r de Pearson)*

	Segurança ao pai	Autoestima	Aceitação social
Segurança à mãe	.65***	.39***	-.03
Segurança ao pai		.28**	-.04
Autoestima			< -.01

\*\* $p < .01$ . \*\*\* $p < .001$ .

Com o objetivo de analisar mais aprofundadamente a relação entre a segurança e a autoestima, foi estimado um modelo de regressão hierárquico da autoestima com a segurança à mãe e ao pai como variáveis predictoras. Dada a forte correlação entre a segurança à mãe e ao pai e a menor significância da correlação entre a autoestima e a segurança ao pai comparativamente com a segurança à mãe, a segurança ao pai entrou no modelo isoladamente num primeiro bloco, sendo que a segurança à mãe só foi adicionada ao modelo num segundo bloco. Os resultados da regressão encontram-se no Quadro 4. Importa referir que para esta amostra o pressuposto da normalidade dos erros foi violado. Apesar desta ser geralmente considerada uma violação leve dos pressupostos, chama-se a atenção para a necessidade de maior precaução na interpretação dos resultados.

### Quadro 4

*Resultados da Regressão da Autoestima na Segurança à Mãe e ao Pai*

	Modelo 1				Modelo 2			
	B	$\beta$	$t$	$p$	B	$\beta$	$t$	$p$
Constante	2.23		5.84*	< .001	1.68		4.15*	< .001

Segurança ao pai	0.37	0.283	3.25*	.002	0.07	0.05	0.47	.641
Segurança à mãe					0.46	0.36	3.26*	.001
$R^2$		.08				.16		
$\Delta R^2$						.08		
$F$		10.55, $p = .002^*$				11.02, $p < .001^*$		

\*significativo para  $\alpha = .05$

Como pode ser observado, os modelos estimados são significativos. O modelo correspondente ao primeiro bloco revela que a segurança ao pai é um preditor significativo da autoestima. No entanto, esta variável perde a sua significância quando segurança à mãe é introduzida no modelo, tornando-se esta a única preditora significativa. Por outras palavras, a segurança à mãe tem um valor preditivo único na autoestima, o que não acontece com a segurança ao pai. O modelo de regressão linear simples posteriormente estimado contendo apenas a segurança à mãe é significativo ( $F(1,121) = 21.96, p < .001$ ) e explica 15.4% da variação da autoestima ( $R^2 = .154$ ) sendo que quando a segurança à mãe varia um ponto na sua escala, a autoestima varia, em média e no mesmo sentido, 0.50 pontos na sua escala ( $B = 0.50, p < .001$ ). A interação entre a segurança à mãe e ao pai na autoestima foi também analisada (através de uma análise de moderação com a macro Process v3.4; Hayes, 2018), verificando-se que esta interação não é significativa ( $B = 0.14, t = 0.50, p = .617$ ). Verifica-se também que a segurança à mãe permanece significativa ( $B = 0.47, t = 3.29, p = .001$ ), assim como a segurança ao pai permanece não significativa ( $B = 0.07, t = 0.47, p = .637$ ).

### **Análises de Mediação**

Para averiguar a hipótese da existência de um efeito de mediação da aceitação social na relação entre a segurança da vinculação e a autoestima, recorreu-se novamente à macro Process v3.4 (Hayes, 2018) para o SPSS, onde foi estimado um modelo de mediação para a segurança à mãe e ao pai, separadamente. Os modelos revelaram a inexistência de um efeito indireto significativo, sendo estes efeitos próximos de zero ( $B < 0.001, 95\% \text{ Boot IC} = [-0.017, 0.029]$ ;  $B < 0.001, 95\% \text{ Boot IC} = [-0.023, 0.035]$ , para os modelos referentes à segurança à mãe e ao pai, respetivamente).

Posto isto, estimaram-se outros dois modelos de mediação, desta vez com a autoestima como variável mediadora na relação entre a segurança (à mãe e ao pai) e a aceitação social, com o intuito de testar os efeitos reportados na revisão de literatura (Verschueren & Marcoen, 2005). No entanto, também os efeitos indiretos obtidos com estes modelos não alcançam significância

estatística ( $B = 0.02$ , 95% Boot IC = [-0.348, 0.413];  $B = 0.01$ , 95% Boot IC = [-0.257; 0.278], para mãe e pai, respetivamente).

### ***Análises de Moderação***

De seguida averiguou-se a existência de um efeito de interação da segurança e da aceitação social na autoestima. Para isso estimaram-se dois modelos de regressão múltipla com recurso à macro Process v3.4 (Hayes, 2018), um para a segurança à mãe, outro para a segurança ao pai, com a aceitação social como moderadora. As variáveis aceitação social e segurança foram centradas para efeitos desta análise (isto é, apresentam média zero e mantêm o seu desvio padrão). Ressalva-se que os resultados abaixo apresentados deverão ser interpretados com alguma precaução uma vez que o pressuposto da normalidade dos resíduos foi violado (não sendo esta violação impeditiva da análise dada a robustez das análises estatísticas utilizadas).

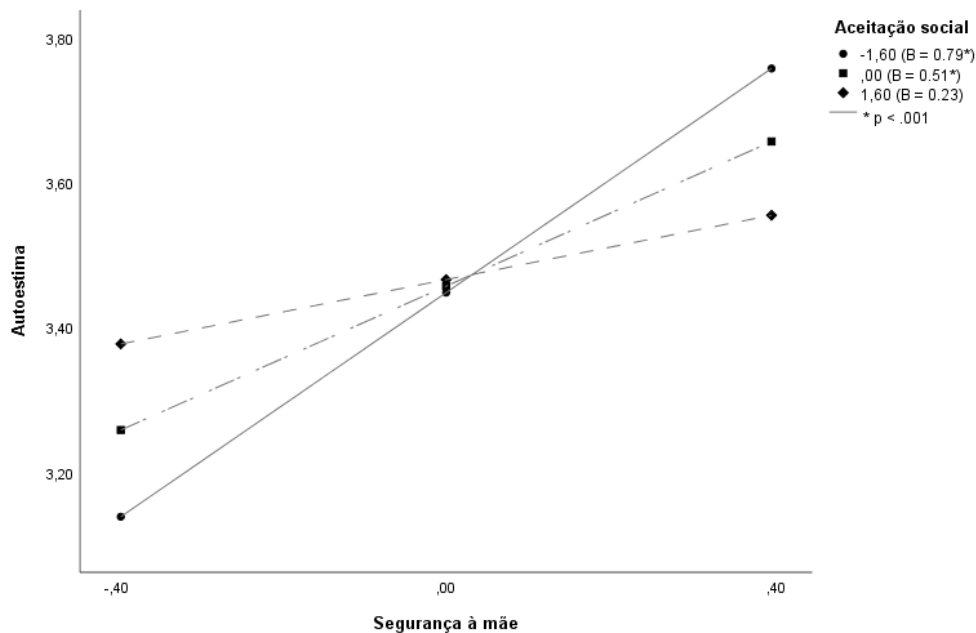
O modelo estimado para a segurança à mãe revelou-se significativo ( $F(3, 119) = 9.67$ ,  $p < .001$ ) e explica 19.6% da variação da autoestima. O efeito de interação é significativo ( $B_{[interação]} = -0.17$ ,  $t = -2.50$ ,  $p = .014$ ), ou seja, o efeito da segurança à mãe ( $B = 0.51$ ,  $t = 4.8$ ,  $p < .001$ ) na autoestima é condicionado pela aceitação social (moderadora). Este efeito é ilustrado na Figura 1, de onde se retira que para valores de aceitação social reduzidos ( $M-1 DP$ ), o efeito da segurança à mãe na autoestima é maior, permanecendo significativo para valores médios de aceitação social. Porém, quando a aceitação social é elevada ( $M+1DP$ ), este efeito já não se verifica ( $p = .142$ ), isto é, a autoestima já não varia significativamente com a variação da segurança à mãe. Adicionalmente, verifica-se que quando a segurança à mãe é menor, valores de aceitação social mais elevados estão associados a maiores valores de autoestima.

Recorreu-se ainda à técnica de Johnson-Neyman para calcular a região de significância do efeito, sendo que o efeito da segurança à mãe perde a sua significância estatística quando a aceitação social é superior a 1.32 (como pode ser observado na Figura B1, Anexo B).

Relativamente à segurança ao pai, apesar de significativo ( $F(3, 119) = 3.86$ ,  $p = .011$ ) o modelo estimado revela que a aceitação social não condiciona o efeito da segurança na autoestima ( $B_{[interação]} = -0.07$ ,  $t = -1.05$ ,  $p = .294$ ), sendo este constante para qualquer valor de aceitação social. Isto é, a aceitação social não modera a relação entre a segurança ao pai ( $B = 0.35$ ,  $t = 3.05$ ,  $p = .003$ ) e a autoestima.

### **Figura 1**

*Representação Visual da Moderação da Aceitação Social no Efeito da Segurança à Mãe na Autoestima Tendo em Conta Três Níveis de Aceitação Social (-1DP, M, 1DP).*



## Estudo 2

O objetivo do Estudo 2 é o de analisar a relação entre a percepção de segurança da vinculação à mãe, ao pai e a aceitação social e os diferentes domínios do autoconceito presentes na “escala de autoconceito para crianças e pré-adolescentes” (Harter, 1985; Alves-Martins et al., 1995). Antes de mais é necessário esclarecer um aspeto que pode ser alvo de equívoco. Uma das dimensões da escala de autoconceito é denominada “aceitação social”, o que poderá confundir-se com medida de aceitação social obtida através de nomeações sociométricas utilizada. Assim, a aceitação social da escala passará a denominar-se aceitação social percebida ou autorreportada de forma a diferenciá-la da aceitação social sociométrica analisada enquanto mediadora e moderadora nestes estudos.

### *Análise Preliminar*

Tal como nas variáveis em análise no Estudo 1, as variáveis referentes aos domínios do autoconceito têm médias relativamente altas (Quadro 5). No entanto, apresentam maior variabilidade, com coeficientes de variação entre os 17.3% (atitude comportamental) e os 21.3% (aceitação social autorreportada), sendo estes valores mais desejáveis que os obtidos no Estudo 1. Mais uma vez, nenhuma das variáveis é normalmente distribuída (Anexo C, Quadro C1), apresentando todas elas assimetrias negativas como se pode verificar no Quadro 5, ou seja, uma maior concentração de respostas nos valores mais elevados da escala, que refletem, no fundo, autoconceitos mais positivos.

## Quadro 5

### *Medidas Descritivas das Dimensões de Autoconceito*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Min	Max	Assimetria
Competência escolar	3.02	0.61	1.60	4	-0.09
Aceitação social <sup>a</sup>	3.14	0.67	1	4	-0.82
Competência atlética	3.01	0.58	1.67	4	-0.41
Aparência física	3.28	0.64	1.20	4	-0.81
Atitude comportamental	3.24	0.56	1.83	4	-0.40

<sup>a</sup>Aceitação social autorreportada, dimensão da escala de autoconceito de Harter

As correlações entre os domínios do autoconceito e as medidas de segurança e aceitação social (sociométrica) encontram-se no Quadro 6. Daqui se retira que tanto a segurança à mãe como ao pai estão significativamente e positivamente correlacionadas com todos estes domínios do autoconceito, com exceção da competência atlética, sendo estas correlações de intensidade fraca a moderada. Relativamente à aceitação social obtida através das nomeações sociométricas, esta apenas se correlaciona significativamente com a aceitação social autorreportada, apesar da fraca intensidade desta relação. Ou seja, parece existir uma correspondência positiva entre a aceitação social avaliada pelos pares e a percepção de aceitação social reportada pela criança. Adicionalmente, olhando para as correlações entre os diferentes domínios da escala (Anexo C, Quadro C2), verifica-se que todas as dimensões da escala de autoconceito estão significativamente e positivamente correlacionadas umas com as outras, inclusivamente a autoestima, com exceção da competência atlética e atitude comportamental, onde se verifica apenas uma tendência para a correlação ( $p = .067$ )

## Quadro 6

### *Correlações (r de Pearson) Entre a Segurança à Mãe, ao Pai e a Aceitação Social, e as Dimensões da Escala de Autoconceito*

	Competência escolar	Aceitação social <sup>a</sup>	Competência atlética	Aparência física	Atitude comportamental
Segurança à mãe	.26**	.28**	.15	.33***	.35***
Segurança ao pai	.27**	.22*	.15	.35***	.34***
Aceitação social	.15	.22*	-.02	-.02	-.03

\*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$ ; \*\*\*  $p < .001$

<sup>a</sup> Aceitação social autorreportada / percebida (dimensão da escala de autoconceito de Harter)

### ***Regressão dos Domínios de Autoconceito e Interações entre Preditores***

De forma a estudar a relação da segurança e aceitação social com os domínios de autoconceito, estimaram-se três modelos de regressão para cada domínio, recorrendo à macro Process 3.4 (Hayes, 2018) para o SPSS. Cada modelo contém duas das três variáveis predictoras em análise (centradas) e a interação entre elas, de forma a respeitar o poder estatístico da dimensão da amostra, que não é suficientemente grande para estimar modelos com mais de três variáveis independentes. Os resultados encontram-se no Quadro 7. De um modo geral, sublinha-se a existência de um único efeito de interação e de valores de variação explicada relativamente baixos.

#### **Quadro 7**

*Resultados da Regressão dos Domínios do Autoconceito na Segurança à Mãe, ao Pai, e Aceitação Social*

		B				
		Competência escolar	Aceitação social <sup>a</sup>	Competência atlética	Aparência física	Atitude comportamental
1	Constante	3.02***	3.10***	3.00***	3.26***	3.20***
	Segurança ao pai	0.26	0.10	0.12	0.37*	0.29 <sup>b</sup>
	Segurança à mãe	0.25	0.45*	0.16	0.32	0.33*
	Interação	0.03	0.44	0.11	0.21	0.37
	<i>R</i> <sup>2</sup>	.09	.09	.03	.14	.15
2	Constante	3.02***	3.14***	3.01***	3.28***	3.24***
	Segurança à mãe	0.42**	0.50**	0.22	0.54***	0.49***
	Aceitação social	0.06	0.10**	-0.01	-0.01	-0.01
	Interação	-0.19*	-0.17	-0.05	0.07	0.01
	<i>R</i> <sup>2</sup>	.13	.16	.16	.12	.35
3	Constante	3.02***	3.14***	3.01***	3.28***	3.24***
	Segurança ao Pai	0.41**	0.39**	0.18	0.58***	0.50***
	Aceitação social	0.06	0.10**	< -.01	-0.01	-0.01
	Interação	-0.08	-0.01	-0.13	0.04	0.04
	<i>R</i> <sup>2</sup>	.10	.10	.04	.12	.12

<sup>a</sup> Aceitação social autorreportada

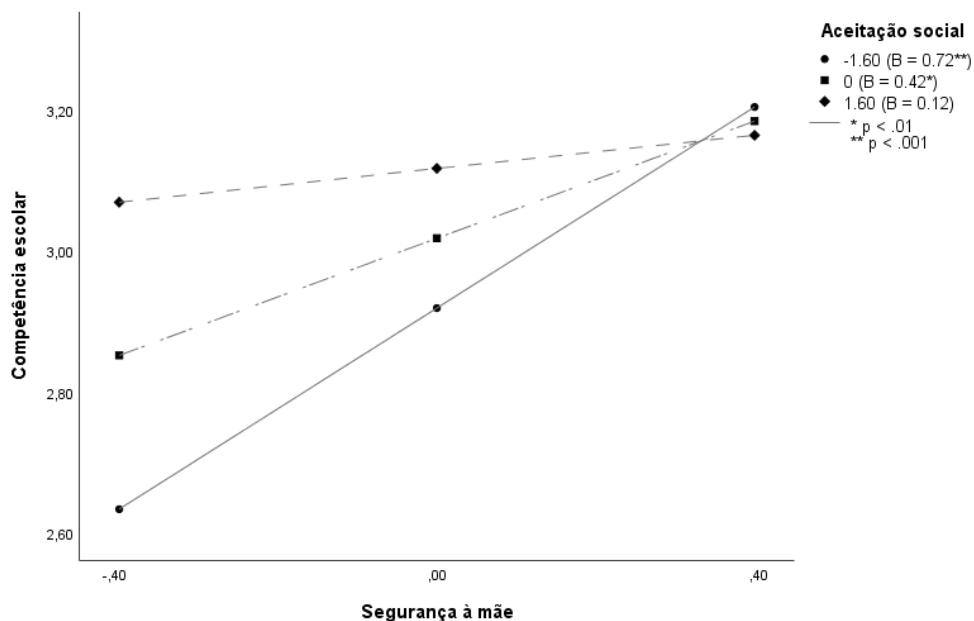
<sup>b</sup>  $p = .072$

\*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$ ; \*\*\*  $p < .001$ .

**Competência Escolar.** O primeiro modelo estimado para a competência escolar, contendo a segurança à mãe, ao pai e a interação entre estes não apresenta qualquer coeficiente de regressão significativo (com exceção da constante). No entanto, nos modelos seguintes, tanto a segurança à mãe, no segundo modelo, como a segurança ao pai, no terceiro, quando inseridos conjuntamente com a aceitação social, revelam-se preditores significativos. Ou seja, apesar da segurança à mãe e ao pai serem preditores significativos da competência escolar, a variância explicada por cada um deles é comum, não tendo, portanto, valor preditivo único quando inseridos num mesmo modelo. Por outro lado, a aceitação social não se revela significativa em nenhum dos modelos. Comparativamente com o modelo 1 e 3, o modelo 2 apresenta uma maior percentagem de variação explicada, que poderá decorrer da interação significativa entre a segurança à mãe e a aceitação social na competência escolar. Esta interação está representada na Figura 2. À semelhança do que se verificou para a autoestima no Estudo 1, para valores de aceitação social reduzidos (-1 DP) ou na média, o efeito da segurança à mãe na competência escolar é significativo. Porém, tal não se verifica para valores elevados de aceitação social (+1DP;  $p = .537$ ).

**Figura 2**

*Representação Visual da Moderação da Aceitação Social no Efeito da Segurança à Mãe na Competência Escolar Tendo em Conta Três Níveis de Aceitação Social (-1DP, M, 1DP).*



**Aceitação Social (autorreportada).** Relativamente à aceitação social autorreportada, no primeiro modelo verifica-se que a segurança à mãe tem um valor preditivo único, ao

contrário do que se verificou no caso anterior. No modelo que contempla a segurança à mãe e a aceitação social sociométrica, os resultados apontam para efeitos significativos das duas variáveis, explicando este modelo 16% da variação da aceitação social autorreportada. O mesmo acontece no terceiro modelo, para a segurança ao pai e aceitação social sociométrica, sendo a variação explicada, no entanto, menor.

**Competência Atlética.** A regressão desta variável não revelou qualquer preditor significativo em nenhum dos três modelos.

**Aparência Física.** Começando pelos modelos 2 e 3, em nenhum destes a aceitação social se revelou significativa. No entanto, tanto a segurança à mãe como a segurança ao pai (nos modelos 2 e 3, respetivamente) são bastante significativos. Adicionalmente, quando inseridos conjuntamente no modelo 1, verificamos que apenas a segurança ao pai é um preditor único e significativo, sendo este o modelo com maior capacidade explicativa, apesar de mesmo assim reduzida e não muito diferente da dos restantes.

**Atitude Comportamental.** Por último, a regressão da atitude comportamental revelou, igualmente, preditores significativos nos três modelos estimados. Mais uma vez a aceitação social não é significativa nos modelos onde surge, ao contrário da segurança à mãe e ao pai, ambos significativos nos modelos 2 e 3. O modelo 1 revelou um poder preditivo único da segurança à mãe, sendo que neste caso podemos considerar também uma tendência para a significância estatística da segurança ao pai ( $p < .1$ ). Sublinha-se ainda a capacidade explicativa do modelo 2, sendo que o modelo explica 35% da variação da atitude comportamental, valor este que se destaca perante os valores reduzidos de  $R^2$  dos restantes modelos.

### ***Análises de Mediação***

À semelhança do realizado para a autoestima, foram estimados modelos de mediação, através da Process v3.4, para averiguar a existência de um efeito de mediação da aceitação social na relação entre segurança da vinculação e os domínios de autoconceito em estudo. Um primeiro grupo de análises tinha como variável preditora a segurança à mãe e como mediadora a aceitação social (sociométrica). A variável dependente corresponde, em cada modelo, a um domínio do autoconceito em estudo. As análises do segundo grupo são semelhantes às do primeiro, sendo a única diferença a variável preditora, que é neste caso a segurança ao pai. Em nenhuma das análises foram encontrados efeitos de mediação, ou seja, aceitação social (sociométrica) não é mediadora de nenhuma das relações entre segurança e autoconceito (o 0 pertence ao intervalo de 95% de confiança estimado para o efeito indireto, por bootstrapping).

## Discussão

O presente estudo pretendia estudar as relações que se estabelecem entre a segurança da vinculação, a aceitação social e a autoestima (no Estudo 1) ou outros domínios do autoconceito relacionados com competência e ajustamento (Estudo 2).

Os resultados do Estudo 1 apoiam a existência de uma correlação positiva entre vinculação (ao pai e à mãe) e a autoestima, fortemente reportada na literatura, e revelam um efeito de moderação da aceitação social (sociométrica) na relação entre a segurança na vinculação à mãe e a autoestima. Este efeito de moderação traduz-se num efeito da segurança à mãe na autoestima apenas para valores de aceitação social reduzidos ou na média, sendo que quando a aceitação social é elevada, a segurança à mãe não tem um efeito significativo na autoestima. Verificou-se, ainda, que quando a segurança à mãe é menor, são os valores de aceitação social mais elevados que estão associados a maiores valores de autoestima. À semelhança do discutido por Pinto et al. (2015) para crianças do pré-escolar, este resultado sugere que uma integração positiva no grupo de pares (maior aceitação social) poderá compensar os efeitos na autoestima decorrentes de uma segurança na vinculação à mãe relativamente baixa. No entanto, o efeito encontrado por estes investigadores verificava-se para a segurança ao pai e não à mãe. Esta diferença pode ser explicada pela diferente natureza dos instrumentos utilizados na operacionalização da autoestima.

Pinto e colaboradores (2015) propõe que o instrumento utilizado no seu estudo (California Child Q-Sort, CCQ) reflete em maior extensão a vinculação ao pai do que à mãe, na medida em que este instrumento foca a confiança e eficácia da criança na interação com os pares (manifestação comportamental de autoestima). Como discutido no âmbito da revisão de literatura, vários autores propõe um papel diferenciado da vinculação à mãe e ao pai no desenvolvimento socioemocional da criança. Especificamente, a vinculação à mãe está mais associada à compreensão do mundo interno dos outros e da própria criança e aos seus sentimentos de valor, enquanto que a vinculação ao pai se relaciona mais com a exploração do mundo social, capacidades de interação com os outros, inclusivamente os pares, em linha com a maior utilização da mãe como um porto seguro em alturas de stress e do pai como uma base segura para a exploração (Kerns et al., 2015; Verschueren & Marcoen, 1999). Assim, faz sentido que uma medida que reflete aspetos relacionados com o mundo exterior e a socialização apresente uma relação com a vinculação ao pai que não se verifica para a vinculação à mãe. Por outro lado, a subescala de autoestima da “Escala de Autoconceito para Crianças e Pré-adolescentes”, utilizada no presente estudo, reflete o quanto a criança gosta e está satisfeita

consigo mesma, numa perspetiva mais valorativa e interna, não sendo de estranhar, por isso, a sua relação com a segurança à mãe mas não ao pai.

Em linha com esta hipótese, o modelo de regressão hierárquico estimado para a autoestima com a segurança na vinculação à mãe e ao pai como predictoras revelaram que a segurança à mãe tem um valor preditivo único na autoestima, o que não acontece com a segurança ao pai. De facto, a segurança ao pai perde a sua significância estatística quando a segurança à mãe é introduzida no modelo. Este resultado sugere que a correlação entre a vinculação ao pai e a autoestima é fortemente explicada pela correlação entre a segurança ao pai e a segurança à mãe. Adicionalmente, o valor preditivo único da segurança à mãe na autoestima, mas não da segurança ao pai, faz sentido à luz das questões metodológicas já abordadas relativas à operacionalização da autoestima.

Um outro objetivo do Estudo 1 prendia-se com a averiguação da existência de uma relação entre a vinculação e a aceitação social, dados os resultados inconsistentes da literatura. Os resultados deste estudo vão ao encontro dos de Lieberman et al. (1999), não existindo sequer uma correlação significativa entre a segurança (quer à mãe, quer ao pai, medida pela KSS) e aceitação social. Como sugerido por Lieberman e colaboradores, este resultado pode dever-se ao facto de as relações de vinculação fornecerem à criança um modelo de intimidade e proximidade, que poderá revelar-se mais apropriado quando aplicado a relações de amizade mais íntimas do que a medidas de aceitação social e relação com os pares de forma mais geral. Esta proposta é apoiada por outros resultados nesse mesmo estudo onde a segurança na vinculação (também medida pela KSS) se mostrou relacionada com aspetos das relações de amizade das crianças paralelos às relações de vinculação (e.g., ajuda, segurança, proximidade).

No entanto, neste ponto penso ser mais proveitoso invocar as noções de base segura e porto seguro e a sua relação com a exploração do meio social, ao invés de falar em vinculação no geral. A literatura refere a utilização das figuras de vinculação como “porto seguro” em alturas de stress, reconfortando e reassegurando a criança, e como “base segura”, auxiliando a exploração do meio com confiança, inclusivamente o meio social. As competências potenciadas por estes dois papéis da figura de vinculação são distintas; especificamente no grupo de pares, as competências associadas à função de base segura poderão ser potenciadoras de maior aceitação social, na medida em que promovem a exploração do meio, das relações sociais, o brincar, de entre outros, enquanto que a função de porto seguro está mais associada ao desenvolvimento de competências emocionais, que poderão ser mais úteis nas relações de amizade mais íntimas da criança (Verschueren & Marcoen, 2005). Uma vez que a versão da KSS utilizada (Kerns et al., 1996) coloca a tónica na função de porto seguro (apenas um item

da escala faz referência à função de base segura; Kerns et al., 2015), a utilização desta escala pode explicar a ausência de correlação entre a segurança da vinculação e a aceitação social.

Note-se, no entanto, que outros estudos que utilizaram a KSS encontraram e medidas sociométricas de aceitação social encontraram correlações significativas entre ambas. Porém, encontram-se diferenças na operacionalização da aceitação social que poderão estar na origem destas diferenças. Por exemplo, Granot e Mayseless (2001) pediram a cada criança que nomeasse três colegas com quem gostaria de ter uma boa amizade, e outros três com quem não gostaria. Apesar de um paradigma de nomeação aparentemente semelhante ao deste estudo, importa notar que a partir destas nomeações eram calculadas medidas de impacto social (total de nomeações) e preferência social (equivalente à aceitação social no presente estudo), sendo as crianças posteriormente agrupadas em grupos de estatuto social com base na combinação destas medidas. Adicionalmente, a utilização do termo “amizade” pode remeter para um tipo de relação social mais íntima, e por isso mais relacionada com o construto de “porto seguro”, que se distingue das relações no grupo de pares mais alargado em estudo. Já Kerns e colaboradores (1996) e Verschueren e Marcoen (2005) pediram aos participantes que indicassem o quanto gostam de brincar com cada criança da turma, utilizando uma escala de 5 pontos. Acrescenta-se que a força das correlações encontradas é relativamente baixa, sugerindo outros fatores explicativos da variação da aceitação social, como por exemplo o temperamento ou aparência física da criança (Kerns et al., 1996).

Os aspetos relativos à operacionalização das variáveis discutidos até agora fornecem também possíveis contributos para a não verificação do papel mediador da aceitação social na relação entre a segurança na vinculação e a autoestima. Adicionalmente, podemos colocar outras hipóteses, que se aplicam também às análises de mediação realizadas no Estudo 2, onde não foi encontrado nenhum efeito de mediação da aceitação social (sociométrica) na relação entre a segurança na vinculação e os restantes domínios de autoconceito em estudo. Primeiramente, apesar da maior relevância dos pares na idade escolar comparativamente com períodos desenvolvimentais anteriores, esta prende-se principalmente com o fornecimento de experiências de aprendizagem que fomentam o desenvolvimento de competências. O pico da importância dos pares no desenvolvimento só acontece mais tarde, na adolescência, onde estes têm inclusivamente um papel relevante ao nível da construção da identidade, por exemplo, através da pertença grupal (DeHart et al., 2004). Assim, é possível que a importância dos pares em aspetos como o a autoestima e o autoconceito só venha a verificar-se mais fortemente ao entrar na adolescência. Isto não quer dizer, no entanto, que os pares não sejam fulcrais no

desenvolvimento socioemocional da criança na idade escolar, apenas que poderão não ter a mesma influência nos aspetos em estudo como a que têm na adolescência.

Uma outra hipótese prende-se com a diferença entre a aceitação social percebida e a aceitação social “real”, obtida junto dos pares. Apesar de a aceitação social obtida através de nomeações sociométricas ser uma medida mais objetiva de aceitação social, refletindo mais fielmente a realidade do grupo onde se insere a criança, a percepção que a criança tem da sua aceitação no grupo de pares pode ter uma maior influência na autoestima uma vez que reflete a sua própria visão de si mesmo. Apesar da existência de uma relação positiva entre estas duas variáveis, tanto neste estudo como reportado na literatura (e.g., Emídio et al., 2008), seria interessante repetir este estudo com uma medida de aceitação social percebida em vez da aceitação social sociométrica. No entanto, nesse caso seria pertinente utilizar conjuntamente um outro instrumento de vinculação, de modo a serem obtidas classificações de estilos de vinculação, uma vez que indivíduos com estilos de vinculação evitantes e ambivalentes diferem na forma de se relacionarem com os outros e na forma como se autoavaliam. Especificamente, indivíduos evitantes tendem a ter uma visão idealizada de si próprios, demonstrando mais autoestima, de forma defensiva, sendo que é provável que utilizem menos o domínio social como fonte de informação para inferir o seu valor, ao contrário de indivíduos ambivalentes, que procuram frequentemente a validação do outro (Srivastava & Beer, 2005).

Passando para o Estudo 2, as correlações entre a segurança na vinculação e os domínios do autoconceito reproduzem as correlações encontradas por Kerns e colaboradores (1996), utilizando os mesmos instrumentos. Ou seja, todos os domínios, com exceção da competência atlética, estão significativamente e positivamente correlacionados com a vinculação à mãe e também ao pai. Porém, quando estes domínios são regredidos num modelo com a segurança à mãe, ao pai, e a interação entre ambos como preditores, verificamos que consoante o domínio apenas a segurança à mãe ou ao pai tem um valor preditivo único. Dito isto, a segurança à mãe tem um valor preditivo único no caso da aceitação social percebida (ou autorreportada) e na atitude comportamental, enquanto que no caso da aparência física é a segurança ao pai que é preditor único e significativo. Estes resultados sugerem que a segurança na vinculação ao pai e à mãe têm influências distintas em diferentes aspetos do autoconceito, como discutido na revisão de literatura. No entanto, é ainda necessário investigar os mecanismos explicativos por detrás destas diferenças. Apesar da utilização mais frequente da mãe enquanto porto seguro e a consequente associação entre sentimentos de valor da criança e a vinculação à mãe poderem, de alguma forma, explicar teoricamente o valor preditivo único da segurança à mãe na aceitação social percebida e na atitude comportamental na medida em que a primeira reflete o quanto a

criança se sente gostada e aceite pelos seus pares, e a segunda o quanto a criança sente que o seu comportamento é adequado (e, assim, valorizado e aceite), a razão pela qual a segurança ao pai está unicamente correlacionada com a aparência física não é clara. Poderá hipotetizar-se que a aparência física estará mais relacionada com sentimentos de confiança da criança em si mesmo e não tanto com uma dimensão mais valorativa, fornecendo à criança maior confiança na exploração do meio social, em linha com o papel de base segura frequentemente representado pelo pai. Porém, mais investigação é necessária para averiguar estas hipóteses explicativas. Acrescenta-se ainda que Doyle e colaboradores (2000) apuraram resultados ligeiramente diferentes utilizando a KSS e a “Marsh Self-Description Questionnaire”. Nomeadamente, nesse estudo foi a segurança à mãe que se revelou preditor único e significativo da aparência física, e não a segurança ao pai. Assim, mais investigação é necessária neste âmbito.

No caso da competência escolar e competência atlética, nem a segurança à mãe nem a segurança ao pai são preditores únicos e significativos. No entanto, quando a competência escolar é regredida num modelo com a aceitação social e a segurança ao pai ou à mãe (e a interação entre uma destas variáveis e a aceitação social), tanto a segurança ao pai como à mãe se revelam preditores significativos, o que pode indicar que ambos contribuem para a competência escolar, tendo, no entanto, contributos muito semelhantes (i.e., explicam a mesma variação). Adicionalmente, a segurança à mãe e a aceitação social interagem significativamente na explicação da variação da competência escolar, de uma forma semelhante ao que acontece para a autoestima. Especificamente, quando a segurança à mãe é relativamente baixa, uma maior aceitação social está associada a valores mais elevados de perceção de competência escolar. Esta interação da aceitação social com a segurança na vinculação, que não se verifica para mais nenhum domínio, pode dever-se ao facto de a competência escolar ser um aspeto saliente dado o contexto escolar onde os dados foram recolhidos, que pode ter influenciado não só o preenchimento da medida relativa à autoperceção da competência escolar mas também a nomeação positiva de crianças com um melhor desempenho escolar.

Por último, a aceitação social (sociométrica) não se correlacionou significativamente com nenhum dos domínios do autoconceito, com exceção da aceitação social percebida, com a qual estabelece uma correlação significativa mas de fraca intensidade. Este foi também o único domínio para o qual a aceitação social sociométrica se revelou um preditor significativo, juntamente com a segurança na vinculação à mãe ou ao pai (consoante o modelo em questão). Este domínio do autoconceito reflete a perceção de aceitação da criança pelos seus pares e como é que esta se sente em termos de popularidade. Os resultados indicam, assim, existir uma

correspondência entre a percepção de aceitação social da criança e a sua aceitação social avaliada pelos pares, à semelhança do reportado na literatura (Emídio et al., 2008), apesar destas não se sobreporem totalmente. Como referido anteriormente, seria interessante investigar se uma medida de aceitação social autorreportada, ou percebida, forneceria resultados diferentes nas análises realizadas neste estudo.

Antes de avançar para as limitações deste estudo, gostaria de fazer uma breve menção à correlação reportada entre a vinculação ao pai e à mãe. A questão da generalização das representações de vinculação, como os modelos internos, é um aspeto central para os investigadores da área da vinculação. O estado da arte ainda não consegue responder a questões como se, de facto, existe generalização das representações de vinculação de um progenitor para o outro, ou quais os mecanismos por detrás desta possível generalização. Por exemplo, os resultados de Verschueren e Marcoen (2005) com crianças de idade escolar sugerem que estas possuem representações separadas da sua relação com a mãe e com o pai, mesmo tendo em conta a correlação forte a moderada encontrada entre a segurança na vinculação a cada um dos progenitores. Adicionalmente, os resultados revelam que crianças mais velhas (6º ano, em comparação com o 3º) têm uma maior capacidade de diferenciar entre qualidades específicas da relação com cada um dos progenitores. Por outro lado, Dykas et al., (2006) defendem que a correlação moderada encontrada entre os scripts de base segura relativos à mãe e ao pai, num estudo com adolescentes, abrem a possibilidade de ocorrência de generalização. No entanto, ressaltam que esta relação pode ser explicada pelo facto de as experiências subjacentes a estas representações serem semelhantes (e.g., é possível que mulheres e homens semelhantes ao nível da prestação de cuidados tenham tendência a juntar-se, fornecendo experiências de vinculação semelhantes à criança, ou que a relação da criança com um dos progenitores influencie a sua relação com o outro, que aprende com o cônjuge a ser mais responsivo e sensível à criança). Em consonância com estes resultados, o presente estudo apurou uma correlação forte ( $r = .65$ ) e significativa entre a segurança na vinculação à mãe e a segurança na vinculação ao pai. Apesar de não ser possível tecer considerações sobre a generalização das representações de vinculação com base neste resultado, esta correlação indica uma variância significativa que é partilhada entre as duas variáveis, sendo que esta sobreposição não é total. Ou seja, existem aspetos que são únicos à vinculação ao pai e à mãe, apesar dos aspetos que têm em comum. Um exemplo disso é o facto da segurança a cada um deles ser preditor único de diferentes domínios do autoconceito. Desta forma, faz sentido continuar a estudar estas relações separadamente.

Como todos os estudos, também este apresenta algumas limitações. A primeira que pode ser mencionada prende-se com a reduzida dimensão da amostra que condiciona o tipo de

análises realizadas. Por exemplo, não permite colocar no mesmo modelo de regressão a segurança ao pai e à mãe e a aceitação social, bem como as interações entre estas variáveis, ou controlar os efeitos de outras variáveis na análise (covariáveis). Ao nível da amostra podemos ainda mencionar a não normalidade das distribuições. No entanto, as análises estatísticas realizadas apresentam alguma robustez, resistindo à violação deste pressuposto. Por outro lado, o enviesamento negativo da distribuição está associado a alguma falta de variabilidade nos resultados, que se concentram nos extremos superiores da escala. Estes resultados podem refletir a influência da desejabilidade social e estratégias de autoapresentação no preenchimento dos questionários. A este respeito, dado que a possibilidade de um enviesamento nas respostas por defensividade ou desejabilidade social é uma preocupação permanente na utilização de questionários de autorrelato, Kerns e colaboradores (1996) sugerem a utilização conjunta de questionários de autopreenchimento e outras técnicas de avaliação da vinculação, como é o caso da análise de narrativas. Ao nível das medidas de vinculação na idade escolar não existe uma abordagem dominante, no entanto, a literatura aponta para que os métodos mais frequentemente utilizados sejam os questionários de autorrelato (dos quais a KSS se destaca pela sua ampla utilização e validação), e os métodos projetivos, como a construção de narrativas de vinculação (Bosmans & Kerns, 2015). De facto, a análise de narrativas é um método promissor e cada vez mais utilizado na avaliação da vinculação ao nível da idade escolar e adolescência, pelo que seria pertinente avaliar qual a convergência entre estas duas medidas, sugestão esta para estudos futuros. Por último, o carácter transversal deste estudo não permite a inferência de relações causais nem a compreensão de trajetórias desenvolvimentais, no sentido em que a ausência de uma dimensão temporal no design do estudo limita a interpretação das associações emergentes nos resultados. A direccionalidade destas associações é suportada, somente, pela literatura (teórica e empírica).

Ao longo desta discussão foram já referidas algumas sugestões e aspetos a ter em conta em futuros estudos. Para finalizar esse capítulo, penso que um aspeto que teria valorizado bastante o presente estudo seria a utilização da nova versão da Security Scale (Kerns et al., 2015). Esta é uma revisão da escala de segurança utilizada neste estudo, tendo sido adaptada para refletir não só aspetos relativos ao “porto seguro”, que dominavam a antiga escala, mas também à base segura, incluindo novos itens. Assim, a escala passa a ser constituída por estas duas dimensões, para cada figura de vinculação (mãe e pai). Dada a relevância desta distinção nas relações de vinculação à mãe e ao pai e a consequente relação que estas estabelecem com fenómenos de aceitação social e autoestima, como discutidos anteriormente, seria pertinente repetir este estudo utilizando a nova escala, o que não foi possível dado a utilização de uma

amostra já existente. Adicionalmente, a utilização desta escala poderá fornecer uma maior compreensão sobre o papel da vinculação no desenvolvimento de diferentes domínios do autoconceito, colocando a tónica diretamente na análise da influência das funções de base segura e porto seguro, e não somente na vinculação a cada um dos progenitores. Este aspeto poderá ser também vantajoso dada a variedade de constelações familiares existentes, que fogem do tradicional “pai, mãe e filhos” (e.g., famílias monoparentais, filhos de casais homossexuais, etc.)

Apesar de algumas limitações, este estudo contribui para a compreensão do valor das diferentes relações da criança para o seu desenvolvimento, explorando-as para lá das relações com as figuras de vinculação. Mesmo considerando que o modelo interno que se vai desenvolvendo com base nas relações de vinculação se reflete nas restantes relações da criança, estas relações são forças que interagem, podendo mesmo, como sugere este estudo, compensar-se em alguns aspetos desenvolvimentais. Adicionalmente, este estudo responde à sugestão de Pinto e colaboradores (2015), estudando o papel diferencial da relação à mãe e ao pai no desenvolvimento do autoconceito e autoestima. Em linha com o proposto por Verschueren e Marcoen (1999), a segurança na vinculação à mãe e a segurança na vinculação ao pai revelaram efeitos significativos para diferentes aspetos do self da criança.

## Referências

- Abraham, M. M., & Kerns, K. A. (2013). Positive and negative emotions and coping as mediators of the link between mother–child attachment and peer relationships. *Merrill–Palmer Quarterly*, 59(4), 399-425. <https://doi.org/10.1353/mpq.2013.0023>
- Alves-Martins, M., Peixoto, F., Mata, L., & Monteiro, V. (1995). Escala de auto-conceito para crianças e pré-adolescentes de Susan Harter. In L. S. Almeida, M. R. Simões & M. M. Gonçalves (Eds.), *Provas psicológicas em Portugal*, (pp. 79-89). APPORT.
- Blandon, A. Y., Calkins, S. D., Grimm, K. J., Keane, S. P., & O'Brien, M. (2010). Testing a developmental cascade model of emotional and social competence and early peer acceptance. *Development and Psychopathology*, 22(4), 737-748. <https://doi.org/10.1017/S0954579410000428>
- Bohlin, G., Hagekull, B., & Rydell, A. (2000). Attachment and social functioning: A longitudinal study from infancy to middle childhood. *Social Development*, 9(1), 24-39. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00109>
- Booth-LaForce, C., Oh, W., Kim, A. H., Rubin, K. H., Rose-Krasnor, L., & Burgess, K. (2006). Attachment, self-worth, and peer-group functioning in middle childhood. *Attachment & Human Development*, 8(4), 309-325. <https://doi.org/10.1080/14616730601048209>
- Bosmans, G., & Kerns, K. A. (2015). Attachment in middle childhood: Progress and prospects. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 148, 1–14. <https://doi.org/10.1002/cad.20100>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss, Vol. 1: Attachment*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss, Vol. 2: Separation*. Basic Books.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28(5), 759-775. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.28.5.759>
- Bretherton, I., & Munholland, K. A. (2016). The internal working model construct in light of contemporary neuroimaging research. In J. Cassidy & P. R. Shaver, *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (3rd ed., pp. 63-88). The Guilford Press.
- Bureau, J. F., Deneault, A. A., & Yurkowski, K. (2020). Preschool father-child attachment and its relation to self-reported child socioemotional adaptation in middle childhood. *Attachment & Human Development*, 22(1), 90-104. <https://doi.org/10.1080/14616734.2019.1589065>

- Cassidy, J. (2016). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver, *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (3rd ed., pp. 3-24). The Guilford Press.
- Dehart, G. B., Sroufe, L. A., & Cooper, R. G. (2004). *Child development: Its nature and course* (5th ed.). McGraw Hill.
- Doyle, A. B., Markiewicz, D., Brendgen, M., Lieberman, M., & Voss K. (2000). Child attachment security and self-concept: Associations with mother and father attachment style and marital quality. *Merrill-Palmer Quarterly*, 46(3), 514-539. <https://doi.org/10.1080/14616734.2019.1589065>
- Dykas, M. J., Woodhouse, S. S., Cassidy, J., & Waters, H. S. (2006). Narrative assessment of attachment representations: Links between secure base scripts and adolescent attachment. *Attachment & Human Development*, 8(3), 221 – 240. <https://doi.org/10.1080/14616730600856099>
- Emídio, R., Santos, A. J., Maia, J., Monteiro, L., & Veríssimo, M. (2008). Auto-conceito e aceitação pelos pares no final do período pré-escolar. *Análise Psicológica*, 26(3), 491-499.
- Erikson, E. H. (1994). *Identity and the life cycle*. W. W. Norton & Company.
- Fearon, R. M. P., & Roisman, G. I. (2017). Attachment theory: progress and future directions. *Current Opinion in Current Psychology*, 15, 131-136. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.002>
- Fernandes, C., Monteiro, L., Santos, A. J., Fernandes, M., Antunes, M., Brian E. Vaughn & Manuela Veríssimo (2019). Early father-child and mother-child attachment relationships: contributions to preschoolers' social competence. *Attachment & Human Development*, 1-18. <http://dx.doi.org/10.1080/14616734.2019.1692045>
- Fletcher, H. K., & Gallichan, D. J. (2016). An overview of attachment theory: Bowlby and beyond. In H. K. Fletcher, A. Flood, & D. J. Hare (Eds.), *Attachment in intellectual and developmental disability: a clinician's guide to practice and research* (pp.8-32). Wiley-Blackwell.
- Goodvin, R., Meyer, S., Thompson, R. A., & Hayes, R. (2008). Self-understanding in early childhood: Associations with child attachment security and maternal negative affect. *Attachment and Human Development*, 10(4), 433-450. <https://doi.org/10.1080/14616730802461466>

- Granot, D., & Mayseless, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development*, 25(6), 530-541. <https://doi.org/10.1080/01650250042000366>
- Harlow, H. F., & Zimmermann, R. R. (1958). The development of affective responsiveness in infant monkeys. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 102, 501-509.
- Harter, S. (1985). *Manual for the self-perception profile for children: revision of the perceived competence scale for children*. University of Denver.
- Harter, S. (1993). Causes and consequences of low self-esteem in children and adolescents. In R. F. Baumeister (Ed.), *Self-Esteem: The Puzzle of Low Self-Regard* (pp. 87-116). Plenum Press.
- Harter, S. (2006a). The development of self-esteem. In M. H. Kernis (Ed.), *Self-esteem: Issues and answers* (pp. 144-150). Psychology Press.
- Harter, S. (2006b). The self. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol 3. Social, emotional and personality development* (6th ed., pp. 505-570). John Wiley & Sons.
- Harter, S. (2012a). Emerging self-processes during childhood and adolescence. In M. R. Leary & J. P. Tangney (Eds.), *Handbook of self and identity* (2nd ed., pp. 680-715). The Guilford Press.
- Harter, S. (2012b). Self-perception profile for children: manual and questionnaires: revision of the Self-Perception Profile for Children, 1985. University of Denver.
- Hayes, A. F. (2018). Introduction to mediation, moderation and conditional process analysis: A regression-based approach (2<sup>nd</sup> ed). The Guilford Press.
- Kerns, K. A., & Brumariu, L. E. (2016). Attachment in middle childhood. In J. Cassidy & P. R. Shaver, *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (3rd ed., pp. 349-365). The Guilford Press.
- Kerns, K. A., Klepac, L., & Cole, A. (1996). Peer relationships and preadolescents' perceptions of security in the child–mother relationship. *Developmental Psychology*, 32(3), 457-466. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.32.3.457>
- Kerns, K. A., Mathews, B. L., Koehn, A. J., Williams, C. T., & Siener-Ciesla, S. (2015) Assessing both safe haven and secure base support in parent–child relationships. *Attachment & Human Development*, 17(4), 337-353. <https://doi.org/10.1080/14616734.2015.1042487>

- Kerns, K. A., Tomich, P. L., & Kim, P. (2006). Normative trends in children's perceptions of availability and utilization of attachment figures in middle childhood. *Social Development, 15*(1), 1-22. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2006.00327.x>
- Koehn, A. J., & Kerns, K. A. (2018). Parent-child attachment: meta-analysis of associations with parenting behaviors in middle childhood and adolescence. *Attachment & Human Development, 20*(4), 378-405. <https://doi.org/10.1080/14616734.2017.1408131>
- Lieberman, M., Doyle, A., & Markiewicz, D. (1999). Developmental patterns in security of attachment to mother and father in late childhood and early adolescence: Associations with peer relations. *Child Development, 70*(1), 202-213. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00015>
- Linsey, E. W. (2002). Preschool children's friendships and peer acceptance: links to social competence. *Child Study Journal, 32*(3), 145-156.
- Mayseless, O. (2005). Ontogeny of attachment in middle childhood. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 1-23). The Guilford Press.
- Michel, G., & Purper-Ouakil, D. (2009). *Personalidade e desenvolvimento: do normal ao patológico*. Instituto Piaget.
- Pinto, A., Veríssimo, M., Gatinho, A., Santos, A. J., & Vaughn, B. E. (2015). Direct and indirect relations between parent-child attachments, peer acceptance, and self-esteem for preschool children. *Attachment & Human Development, 17*(6), 586-598. <https://doi.org/10.1080/14616734.2015.1093009>
- Rocha, M., Mota, C. P., & Matos, P. M. (2011). Vinculação à mãe e ligação aos pares na adolescência: O papel mediador da auto-estima. *Análise Psicológica, 29*(2), 185-200.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton University Press.
- Rubin, K. H., Bukowski, W. M., & Bowker, J. C. (2015). Children in peer groups. In R. M. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology and developmental science* (7th ed., pp. 175-220). Wiley.
- Ruble, D. N., & Frey, K. S. (1991). Changing patterns of comparative behavior as skills are acquired: A functional model of self-evaluation. In J. Suls & T. A. Wills (Eds.), *Social comparison: Contemporary theory and research* (pp. 70-112). Erlbaum.
- Santos, A. J., Vaughn, B. E., Peceguina, I., & Daniel, J. R. (2014). Longitudinal stability of social competence indicators in a portuguese sample: Q-Sort profiles of social competence, measures of social engagement, and peer sociometric acceptance. *Developmental Psychology, 50*(3), 968-978. <https://doi.org/10.1037/a0034344>

- Schneider, B. H., Atkinson, L., & Tardif, C. (2001). Child–parent attachment and children’s peer relations: A quantitative review. *Developmental Psychology*, 37(1), 86–100. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.37.1.86>
- Srivastava, S., & Beer, J. S. (2005). How self-evaluations relate to being liked by others: Integrating sociometer and attachment perspectives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89(6), 966-977. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.89.6.966>
- Tafarodi, R. W., & Milne, A. B. (2002). Decomposing global self-esteem. *Journal of Personality*, 70(4), 443-484. <https://doi.org/10.1111/1467-6494.05017>
- Veríssimo, M., Fernandes, C., Santos, A. J., Peceguina, I., Vaughn, B. E. & Bost, K. K. (2011). A relação entre a qualidade da vinculação à mãe e o desenvolvimento da competência social em crianças de idade pré escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(2), 292-299.
- Veríssimo, M., Santos, A. J., Fernandes, C., Shin, N., & Vaughn, B. E. (2014). Associations between attachment security and social competence in preschool children. *Merrill-Palmer Quarterly*, 60(1), 80–99. <https://doi.org/10.13110/merrpalmquar1982.60.1.0080>
- Verschueren, K. (2020). Attachment, self-esteem, and socio-emotional adjustment: There is more than just the mother. *Attachment & Human Development*, 22(1), 105-109. <https://doi.org/10.1080/14616734.2019.1589066>
- Verschueren, K., Doumen, S., & Buyse, E. (2012). Relationships with mother, teacher, and peers: unique and joint effects on young children's self-concept. *Attachment & Human Development*, 14(3), 233-248. <https://doi.org/10.1080/14616734.2012.672263>
- Verschueren, K., & Marcoen, A. (1999). Representation of self and social emotional competence in kindergartners: Differential and combined effects of attachment to mother and to father. *Child Development*, 70(1), 183–201. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00014>
- Verschueren, K., & Marcoen, A. (2002). Perceptions of self and relationship with parents in aggressive and nonaggressive rejected children. *Journal of School Psychology*, 40(6), 501-522. [https://doi.org/10.1016/S0022-4405\(02\)00122-X](https://doi.org/10.1016/S0022-4405(02)00122-X)
- Verschueren, K., & Marcoen, A. (2005). Perceived security of attachment to mother and father: Developmental differences and relations to self-worth and peer relationships at school. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 212-230). The Guilford Press.

## **ANEXOS**

## Anexo A

### Quadros de Resultados da Análise Preliminar do Estudo 1

#### Quadro A1

##### *Testes à Normalidade das Distribuições*

	Kolmogorov-Smirnov	
	KS(123)	<i>p</i>
Segurança à mãe	0.09*	.010
Segurança ao pai	0.08*	.040
Autoestima	0.15*	< .001
Aceitação social	0.08	.078

\* significativo para  $\alpha = .05$

#### Quadro A2

##### *Testes à Igualdade das Médias das Variáveis em Estudo entre Sexos*

	<i>t</i> (121)	<i>U</i> <sup>a</sup>	<i>p</i>
Segurança à mãe	0.78		.435
Segurança ao pai	0.40		.687
Autoestima		1791.00	.711
Aceitação social	-1.08		.284

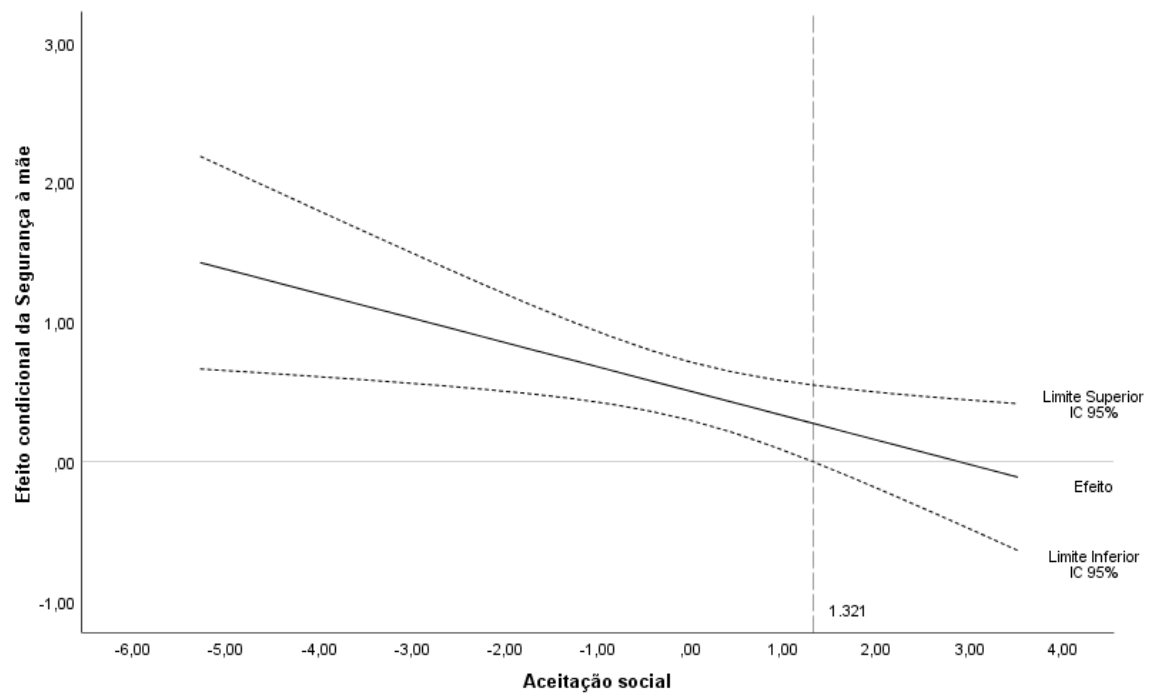
<sup>a</sup> Teste não paramétrico de Mann-Whitney realizado em alternativa ao teste t dado não se verificar o pressuposto da normalidade das distribuições nos dois grupos definidos pelo sexo para a autoestima (KS(69) = 0.183,  $p < .001$ ; KS(54) = 0.148;  $p = .005$ , para o sexo feminino e masculino, respetivamente).

## Anexo B

Ilustração Alternativa do Efeito de Moderação da Aceitação Social na Relação entre a Segurança à Mãe e a Autoestima com Recurso à Técnica de Johnson-Neyman

**Figura B1**

*Efeito da Segurança à Mãe na Autoestima em Função da Aceitação Social*



## Anexo C

### Quadros de Resultados da Análise Preliminar do Estudo 2

#### Quadro C1

##### *Testes à Normalidade das Distribuições dos Domínios de Autoconceito*

	Kolmogorov-Smirnov	
	KS(123)	<i>p</i>
Competência escolar	0.08*	.044
Aceitação social	0.17*	< .001
Competência atlética	0.12*	< .001
Aparência física	0.15*	< .001
Atitude comportamental	0.11*	.001

\* significativo para  $\alpha = .05$

#### Quadro C2

##### *Correlações (r de Pearson) Entre Dimensões da Escala de Autoconceito*

	Competência escolar	Aceitação social	Competência atlética	Aparência física	Atitude comportamental
Autoestima	.23*	.42***	.35***	.65***	.39***
Competência escolar		.29**	.24**	.21*	.22*
Aceitação social			.29**	.44***	.27**
Competência atlética				.31***	.17
Aparência física					.38***

\*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$ ; \*\*\*  $p < .001$